

TÁXI

:: REVISTA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI - FPT ::
:: MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DO TÁXI - CET ::

84

resistir
com
inteligência



ÁUDIO-TÁXI

A pensar na mobilidade dos cegos e amblíopes, o Áudio-Táxi faz o acompanhamento áudio da viagem de táxi: saúda o passageiro, identifica o número do táxi, identifica a tarifa a aplicar, identifica a necessidade de suplementos, explica o valor a pagar e despede-se com cortesia.



Áudio-Táxi é para quem não vê mas viaja.

Cooptáxis
cooptaxis.pt

+Info: comunicacao@cooptaxis.pt

Parceiros.





Carlos Ramos

ÍNDICE

- 04** ATUALIDADE
- 11** NOTÍCIAS
- 14** FEDERAÇÃO
- 16** LISBOA
- 18** PAÍS REAL
- 22** INSTITUCIONAL
- 28** INTERNACIONAL
- 30** CURIOSIDADES
- 35** OBITUÁRIO
- FICHA TÉCNICA
- ESTATUTO EDITORIAL

RESISTIR COM INTELIGÊNCIA

Criado que foi o novo Grupo de Trabalho para a Modernização do Táxi, estão em discussão as questões da contingência, da digitalização da atividade (pagamento eletrónico, faturação certificada digital, contratos digitais, etc.), da atualização do sistema tarifário, do ambiente e reconversão da frota táxi e de outras propostas das associações do Sector.

Este é o momento de um recomeço que já se iniciou tardio e espera-se que este Grupo de Trabalho seja diferente dos anteriores e que as conclusões que daqui saírem tenham efeito prático e efetivo, para que o Táxi e as populações saiam beneficiados, pois trata-se de modernizar as características do único e verdadeiro serviço público de transporte de passageiros em veículo ligeiro.

Ao mesmo tempo, a Federação tem mantido o diálogo e as reuniões de trabalho com o secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, e com os deputados dos Grupos Parlamentares.

Num trabalho que nunca cessa, a nossa aposta está também no empoderamento das Autarquias, pois confirma-se que o futuro do Táxi passa pelo Poder Local, com as devidas condições legais e regulamentares que emanem do Governo da República e do Parlamento.

A FPT defende que a gestão de contingentes e a regulação da atividade sejam definidas no âmbito do Poder Local, pois é ao nível dos Municípios que o Táxi sempre tem estado junto da população, como transporte público que garante conforto, segurança e preço transparente, com a fiabilidade de um serviço personalizado. O próximo passo da evolução natural da atividade do Táxi é a constituição de patamares de resposta ao nível intermunicipal ou supramunicipal, para melhor servir as populações e para combater os desequilíbrios do mercado, alinhando a oferta. Há esperança para o Táxi na Sociedade Portuguesa, mas as associações que o representam têm consciência da terrível situação que o País atravessa e do muito que ainda há a fazer.

Para fazer frente a tempos difíceis como os que vivemos, a FPT procura que propostas equilibradas e justas façam o seu caminho até ao Poder. Com a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), organização de que a Federação é membro, temos participado em iniciativas que promovem a proteção dos sócios-gerentes, dos industriais e de mais de 90% do tecido empresarial português, no qual o Táxi está integrado. São disso evidência a Conferência Empresarial realizada no Seixal, em 8 de julho, e a iniciativa pública de concentração na escadaria da Assembleia da República, em 22 de julho. Estas iniciativas visam sublinhar as propostas de medidas estatais que nos protejam e robusteçam as nossas empresas para um futuro incerto.

As medidas governamentais entretanto disponibilizadas estão aquém do que é urgente e a pandemia, com a retração e desconfinamento que tarda para outros sectores, agrava a crise para o Táxi. Sem trabalho nas empresas não há pessoas nos centros urbanos. Sem pessoas em circulação não há trabalho. Sem trabalho que faça a economia a pulsar normalmente, não há recuperação possível. Os portugueses, em todos os sectores da economia nacional, têm que avançar no dia-a-dia, como agentes de saúde pública, para que o ciclo não se feche negativamente. O Táxi está sempre na rua, em serviço público, apesar de tantas dificuldades.

Para o Táxi, a crise pandémica é gravíssima e sobrepõe-se a uma outra que já havia começado há muito: a da concorrência desleal, com os desequilíbrios de atividades e empresas multinacionais invasoras, redundando na desgraça de tantas famílias de profissionais e industriais que oscilam entre as horas de espera no táxi e as filas no Banco Alimentar.

Estamos a viver a História, num momento demorado, penoso e único nas nossas vidas. A nossa missão deve ser fazer bem aquilo a que nos propomos, com coragem para defender aquilo que é nosso. Cabe ao Governo defender a economia nacional, sabendo que se assim o fizer tem a FPT como aliado. Temos que resistir, com tenacidade e confiança. Há que continuar a travar as lutas pelos nossos direitos, sem populismos fáceis, em todos os patamares da Sociedade e do Poder Público, Central e Local.

Não podemos deitar a toalha ao chão nem ceder ao pânico. A desunião e a radicalização não são possibilidades positivas para o Táxi.

Com eventuais períodos de agravamento da pandemia, poderá crescer um grande risco de conflito social e de agitação nas ruas. Mas temos que prevalecer e resistir, com a maturidade da nossa experiência de muitos anos.

Resistir com inteligência é reforçar, como cidadãos, a cada dia, o direito constitucional a sermos felizes. Procurar melhores condições de trabalho e de vida, sem o egoísmo de estarmos apenas e excessivamente agarrados aos problemas que afetam o Táxi, é estarmos integrados na Sociedade Portuguesa sendo, como diria Gandhi, "a mudança que queremos ver".

AUDIÊNCIA COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA MOBILIDADE

ASSOCIAÇÕES PEDEM MEDIDAS URGENTES AO GOVERNO



As Associações ANTRAL e FPT, representativas do Sector do Táxi, estiveram no dia 19 de junho, em Lisboa, em audiência concedida pelo secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro. Na agenda dos trabalhos, prioridade para a necessidade de criação de uma linha de apoio financeiro, a fundo perdido ou a custos muito reduzidos, para apoio às respetivas tesourarias.

Em análise esteve também a urgente criação do Grupo de Trabalho para a Modernização do Sector do Táxi, no qual se poderão ultimar medidas urgentes que possam contribuir para minorar os graves problemas de concorrência e de quebra drástica na procura e na rentabilidade que o Sector está a atravessar.

Em terceiro lugar, e não menos importante, foram propostas algumas medidas transitórias no âmbito da crise pandémica de COVID-19, que, para apoio ao Táxi, importa alterar ou prolongar por mais algum tempo.

O secretário de Estado deu a conhecer uma medida apresentada, no momento, pelo Governo, que prevê um reforço transversal a toda a economia, com recurso a novas linhas de crédito, distinguindo as pequenas e micro empresas das

demais, no âmbito do orçamento suplementar, tendo as Associações do Sector alertado para a necessidade de uma linha de apoio a fundo perdido, fazendo sentir que a linha de crédito de reforço prevê uma verba muito reduzida para as pequenas e micro empresas, deixando a maior parte da fatia para as restantes.

Como foi informado pelo governante, no sítio na internet do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), está patente o “reforço do volume de linhas de crédito com garantia de Estado até final do ano em 6.800 milhões de euros, tendo em conta o valor máximo autorizado pela União Europeia, o que permitirá duplicar o valor já disponibilizado”. O Governo poderá, assim, “reforçar a política pública de promoção das condições de financiamento das empresas, através de linhas de crédito com garantia pública”, designadamente:

“- Lançamento de linhas de crédito com garantia pública com dotação global até 1.000 milhões de euros, destinadas a financiamentos até 50.000 euros de micro e pequenas empresas de todos os sectores de atividade”. [As médias e grandes empresas podem candidatar-se aos restantes 5.800 milhões de euros]

- Continuação da disponibilização de linhas de crédito com garantia pública, em função das necessidades específicas dos vários setores de atividade e da economia no seu conjunto.”

O Governo irá ainda rever o modelo de distribuição das linhas de crédito com garantia pública, por forma a assegurar a mais célere disponibilização de fundos às empresas.

No ponto relativo ao Grupo de Trabalho, o governante informou que já assinou o respetivo Despacho de constituição, que enviou para publicação em Diário da República. Foi referido que se prevê que o grupo se constitua rapidamente, integrando representantes de várias entidades e as associações do Táxi, e que apresente um relatório final no período de cinco meses.

O Secretário de Estado mostrou empenho em promover a extensão do prazo para uso do separador no táxi, sem necessidade de homologação, até finais do corrente ano e para a retirada da limitação da lotação de passageiros a dois terços nos táxis.

As associações do Táxi consideram importantes os temas debatidos na audiência e aguardam com expectativa o início de atividade do Grupo de Trabalho.

AUDIÊNCIAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

TÁXI ALERTA GRUPOS PARLAMENTARES PARA RISCO DE RUTURA



Durante o mês de junho, a Federação Portuguesa do Táxi retomou o trabalho junto dos grupos parlamentares, em audiências conjuntas com a Antral, realizadas na Assembleia da República, em Lisboa. A FPT foi recebida pelos grupos parlamentares do Partido Socialista (deputados Carlos Pereira e Hugo Costa), no dia 3, do Bloco de Esquerda (deputada Isabel Pires), no dia 4, com o representante do Chega (assessor Manuel Matias), no dia 5, e do Partido Comunista Português (deputado Bruno Dias), no dia 8 de junho.

A situação de emergência financeira no serviço público de transporte em táxi foi o ponto central em todas as audiências, sendo sublinhado pelas associações que, com uma queda de mais de 80% na procura de serviços, cerca de 18 mil profissionais ficaram sem trabalho e sem rendimentos, pelo que apelaram à “necessidade imediata de apoios sociais, até à data anunciados mas ainda não concretizados”.

Nestas audiências a FPT deixou também um apelo para ajuda no financiamento de materiais e equipamentos que garantam

segurança sanitária face à pandemia COVID-19.

As associações referiram que, apesar do período de confinamento a que a declaração do estado de emergência obrigou, o Táxi nunca deixou as ruas nem de servir a população, enquanto meio de transporte público. “Já tocámos no fundo e o Táxi precisa de auxílio urgente”, alertaram os dirigentes associativos e acrescentaram que “o Poder Político esqueceu-se de nós, pois não temos os apoios que foram disponibilizados a outros sectores”.

“Precisamos de apoio a fundo perdido, de linhas de apoio específicas para o Táxi”, sublinharam as associações, que também destacaram a paragem alternada da frota táxi como um meio para responder à baixa procura, poupando os custos inerentes à atividade dos dias de paragem. O Táxi e os seus industriais queixam-se de que, na tentativa de acesso à primeira série de apoios, as entidades bancárias levantaram questões sobre o Código de Atividade Económica (CAE) não ser ade-

quado, entre outras, que impossibilitaram as candidaturas.

Partido Socialista

Os deputados do PS referiram que “temos consciência da gravidade da situação”, lembrando que “temos e devemos trabalhar no quadro do Orçamento do estado para 2021”. Os dirigentes do Táxi alertaram que a situação implica a falência de muitos industriais, se tiverem que esperar apoios até 2021. “Já há colegas nossos a pedir ajuda no Banco Alimentar Contra a Fome, pois já atravessam situação crítica”, salientou Carlos Ramos, presidente da FPT.

“Não podemos abandonar as pessoas e temos perfeita consciência de que temos que atuar também no vosso Sector”, referiu o deputado Carlos Pereira.

Bloco de Esquerda

A deputada Isabel Pires lembrou que “o BE tem tido uma posição atenta e interventiva”, declarando que “algo tem que ser feito para evitar a degradação do sector do Táxi”, afirmando que o Bloco de Esquerda continua a acompanhar atentamente o Táxi e pondera propor medidas que auxiliem os industriais.

Chega

O assessor Manuel Matias solicitou toda a documentação sobre o Táxi e falou das várias hipóteses de intervenção parlamentar do deputado André Ventura no hemiciclo.

Partido Comunista Português

O deputado Bruno Dias considerou “um problema que não podemos permitir” a questão apresentada pelas associações, relativa à inacessibilidade aos apoios por causa do CAE. Para o PCP, o que tem sido disponibilizado em termos de apoios “está à medida das grandes empresas e não das empresas que constituem o Sector do Táxi”. Bruno Dias sublinhou que “o Táxi é um Sector que deve ser reconhecido na sua especificidade e apoiado com as medidas que as associações propõem”.

MODERNIZAÇÃO DO SECTOR DO TÁXI

GOVERNO CRIOU NOVO GRUPO DE TRABALHO

O prazo para serem conhecidos os resultados do novo Grupo de Trabalho criado pelo Governo para a modernização do Táxi é de cinco meses, tendo como missão “apresentar um conjunto de recomendações ao Governo”.

O Governo “reconhece a importância do Sector do Táxi para a sua estratégia de melhoria da mobilidade e descarbonização da sociedade e reconhece a necessidade de se promoverem reformas que permitam uma efetiva modernização do Sector que responda às necessidades dos consumidores e da sociedade, aos desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais e aos desafios ambientais das alterações climáticas e descarbonização”.

“A modernização do Sector do Táxi faz parte da estratégia de melhoria do transporte público em Portugal e de promoção de um conceito de mobilidade sustentável,

quer na perspetiva de descarbonização das cidades, quer ao nível da operacionalização de soluções de transporte em regiões de baixa procura, enquanto garante da acessibilidade de populações mais isoladas, quer ainda enquanto imagem de Portugal no exterior”, explicou o Governo no Despacho n.º 6560/2020, de 19 de junho.

O GT vai debruçar-se também sobre “a identificação das principais iniciativas a desenvolver com vista à modernização do setor, incluindo a revisão da convenção de preços em vigor desde 2012”.

Do novo Grupo de Trabalho fazem parte os representantes das seguintes instituições e organismos: Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT), que coordena; gabinete do secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor; gabinete da secretária de Estado do Turismo; gabinete do secretário de Estado

da Mobilidade; Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT); Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE); Direção-Geral do Consumidor (DGC); Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); Área Metropolitana de Lisboa (AML); Área Metropolitana do Porto (AMP); Comunidade Intermunicipal do Algarve; Antral; e Federação Portuguesa do Táxi.

O Grupo de Trabalho terá de produzir um relatório preliminar “no prazo de três meses, contendo a identificação das principais iniciativas a desenvolver com vista à modernização do sector, incluindo a revisão da convenção de preços em vigor desde 2012”. Dois meses depois, deverá apresentar um relatório final contendo o “desenvolvimento das iniciativas elencadas no relatório preliminar e, designadamente com as propostas de revisão legislativa e regulamentar necessárias”.



**STAND
E VENDA
DE PEÇAS
MERCÉDES**



Rua Joly Braga Santos
lote H, 1600-123 Lisboa
Tel. 217 220 150 | 217 268 879
E-mail: merclasse.geral@gmail.com

MEDIDAS DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS



O Governo publicou, no dia 14 maio último, o Decreto-Lei n.º 20-G/2020, que cria um sistema de incentivos para a adaptação da atividade económica face ao contexto gerado pela COVID 19.

O novo sistema de incentivos foi anunciado com a afirmação do Governo que vai permitir minorar os custos acrescidos para o restabelecimento rápido das condições de funcionamento das empresas, designadamente, nos custos de aquisição de equipamentos de proteção individual para trabalhadores e utentes, equipamentos de higienização, contratos de desinfeção e os custos com a reorganiza-

ção dos locais de trabalho e alterações de configuração e disposição dos estabelecimentos.

Um dos montantes anunciados, de 50 milhões de euros, destinou-se a apoiar 12.500 micro empresas, com 80% das verbas são concedidas a fundo perdido. Igual montante foi destinado às pequenas e médias empresas. A CPPME, Confederação de que a FPT faz parte, considerou tratar-se de uma “medida positiva” e, “desejando que não venha a esbarrar nas demoras e burocracias de medidas anteriores”, também considerou que é “minimalista”, pois “ainda não responde às

verdadeiras necessidades das micro, pequenas e médias empresas”.

A CPPME continua a defender, neste período de retoma da atividade, a criação de um Fundo de Tesouraria para as micro e pequenas empresas que seja ágil, rápido, eficaz e sem burocracias excessivas, com juros a custo zero e período de carência alargado.

A CPPME reafirmou as 12 propostas que apresentou, entre as quais estão integradas cinco medidas para o Táxi, salientando que se trata de “medidas estruturantes e transversais a todos os sectores económicos e pretendem responder a uma grave situação nunca vivida”.



OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARA NO INTERIOR DOS TÁXIS

O uso de máscara no interior dos táxis é obrigatório por lei e o Decreto-Lei n.º 10-A/2020 dispõe “(...) a obrigatoriedade de uso de máscaras para acesso e permanência em todos os espaços e estabelecimentos comerciais de prestação de serviços, obrigação que se aplica a cada viatura de táxi, enquanto no exercício da atividade, porquanto nessas circunstâncias cada táxi constitui um estabelecimento comercial”.

Para evitar reclamações de passageiros que identifiquem motoristas sem máscara de proteção social, a Federação tem apelado para que os industriais e profissionais se protejam e garantam a segurança dos seus passageiros, usando máscara e higienizando o táxi dentro dos prazos definidos.

“Seja um agente de saúde pública”, é o mote do alerta que a FPT faz circular entre os seus associados.

MILHARES DE INDUSTRIAIS SEM RENDIMENTOS DEVIDO À PANDEMIA



Num balanço do que a grave situação de crise pandémica originou no Táxi, a FPT alertou que cerca de 18 mil industriais e profissionais do Sector ficaram sem rendimentos devido à pandemia.

Em declarações à agência Lusa, no dia 15 de julho, a vice-presidente da FPT, Ana Rita Silva, adiantou que houve uma “grande quebra nos serviços, uma vez que as pessoas não têm confiança para andar nos transportes públicos”. Referiu que a pandemia de COVID-19 provocou a declaração do estado de emergência e, por consequência, o confinamento das populações a nível nacional, o que gerou mais falta de trabalho, parando quase 80% da frota nacional.

“Com dados de que dispomos, estimamos que cerca de 80% da frota nacional dos táxis teve de parar, o que significa que houve

um rendimento que foi retirado a mais de 18 mil profissionais de táxi. Neste momento, há [mais] centenas de motoristas de táxi a suspender ou a ponderar suspender a licença de táxi junto das respetivas câmaras municipais”, realçou a dirigente.

Especificando os contornos da situação do Táxi, Ana Rita Silva acrescentou que “se formos analisar o Algarve, em que os motoristas profissionais de táxi passam o Inverno com pouco serviço e depois vem este verão que, no fundo, está a ser como se fosse mais um inverno, seguido de outro inverno, só no ano que vem, pelo verão, é que voltam a ter serviço”.

A falta de turistas em Portugal também está a ter um impacto negativo no Sector, pois, “com a quebra no Turismo houve uma grande quebra no serviço de transporte em táxi e nesta altura do Verão, em

que o turismo costuma influenciar muito positivamente o serviço de táxi, houve uma quebra muito grande”.

Em declarações à agência Lusa, o presidente da Federação Portuguesa do Táxi, Carlos Ramos, explicou que as duas associações estiveram reunidas [em junho] com alguns grupos parlamentares que “compreenderam que o Sector precisa de ser apoiado”. As propostas apresentadas aos deputados incluíram a criação de duas linhas de crédito, uma com 80% a fundo perdido para reativar/reiniciar a atividade, e outra para apoio à tesouraria das empresas, com juros baixos. “Estamos a pedir cinco mil euros por licença, com 80% a fundo perdido e 20% com juros bonificados, e também uma linha de crédito para tesouraria, a cinco anos, com juros bonificados”, explicou o presidente Carlos Ramos.

SINISTRALIDADE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020



A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) divulgou em 3 de agosto o sexto Relatório Mensal de Sinistralidade e Fiscalização, onde se apresentam as estatísticas relativas à sinistralidade e fiscalização rodoviária registadas no primeiro semestre de 2020.

Na conferência de imprensa, que decorreu no Ministério da Administração Interna, juntamente com a GNR e a PSP, o presidente da ANSR, Rui Ribeiro, fez a apresentação dos dados. Publicamos o sumário executivo do Relatório da ANSR, cuja leitura integral do Relatório pode fazer-se em <http://www.ansr.pt/Estatisticas/RelatoriosDeSinistralidade/Documents/2020/>.

No primeiro semestre de 2020 registaram-se 11.501 acidentes com vítimas no Continente, de que resultaram 167 vítimas mortais ocorridas no local do acidente ou

durante o transporte até à unidade de saúde, 779 feridos graves e 13.352 feridos leves.

- Comparativamente com o mesmo período de 2019, observou-se uma melhoria nos principais indicadores de sinistralidade: menos 5.167 acidentes com vítimas (-31,0%), menos 59 vítimas mortais (-26,1%), menos 269 feridos graves (-25,7%) e menos 6.734 feridos leves (-33,5%).
- A colisão foi a natureza de acidente mais frequente (51,2% dos acidentes com vítimas, 44,4% dos feridos graves e 55,9% dos feridos leves), apesar do maior número de vítimas mortais ter resultado de despistes (45,5%). Face ao semestre homólogo, nesta tipologia de acidente verificou-se uma redução de 18 vítimas mortais (-19,1%) e de 64 feridos graves (-16,8%). Nos atropelamentos regista-

ram-se menos 4 vítimas mortais (-11,4%) e menos 105 feridos graves (-47,5%) e nas colisões observou-se uma diminuição de 37 vítimas mortais (-38,1%) e 100 feridos graves (-22,4%).

- Quanto ao tipo de via, a maioria dos acidentes com vítimas, bem como das vítimas, ocorreram em arruamentos: 64,4% dos acidentes, 37,1% das vítimas mortais, 46,6% dos feridos graves e 62,3% dos feridos leves. Face ao semestre homólogo, o maior decréscimo de vítimas mortais, em valor absoluto, registou-se nas estradas nacionais (-16) e autoestradas (-11) e o de feridos graves em arruamentos (-139), estradas municipais (-36) e autoestradas (-31).
- No que respeita à categoria de utente, 64,1% do total de vítimas mortais eram condutores, 19,8% peões e 16,2% passa-

geiros. No caso dos feridos graves, a proporção de condutores e passageiros foi superior (67,8% e 17,1% destas vítimas, respetivamente), enquanto a de peões diminuiu para 15,1%. Comparativamente com o período homólogo, verificou-se uma melhoria extensiva a todas as categorias de utente, com especial destaque para o número de condutores mortos (-31,0%) e de peões gravemente feridos (-48,2%).

- Em relação à categoria de veículo interviniente nos acidentes, os automóveis ligeiros apresentaram não só a maior expressividade (75,5%), como também a maior diminuição relativamente ao semestre homólogo (-35,4%).
- No primeiro semestre de 2020, metade das vítimas mortais registaram-se na rede rodoviária sob responsabilidade de quatro gestores de infraestruturas: Infraestruturas de Portugal (37%), da Ascendi (6%), Câmara Municipal de Lisboa (4%) e Brisa (2%).
- Neste período, foram fiscalizados cerca de 55,3 milhões de veículos, um aumento de 29,1% em comparação com o primeiro semestre de 2019, devido ao aumento de 34,9% dos sistemas de radares da ANSR (rede SINCRO) e de 53,5% dos radares da PML. Nestas ações foram detetadas mais de 630 mil infrações, o que representou uma redução de 1,3% face ao ano anterior.
- A taxa de infratores (n.º total de infrações/n.º total de veículos fiscalizados) foi de 1,1%, uma redução de 23,6% comparativamente com o ano anterior.
- Relativamente à tipologia de infrações, 64,7% do total registado nestes 6 meses foi referente a excesso de velocidade.



Mais fiscalização

A fiscalização é essencial, não só como forma de melhorar a deteção dos condutores que infringem a lei, como também pelo efeito dissuasor que exerce sobre os condutores em geral. As informações sobre as ações de fiscalização efetuadas, de janeiro a junho de 2020, foram fornecidas pelas Forças de Segurança (Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública) e Polícia Municipal de Lisboa (PML). Foram apresentados dados referentes à fiscalização realizada através do sistema de radares fixos de âmbito nacional SINCRO da ANSR. No primeiro semestre de 2020 foram fiscalizados mais de 55 milhões e 300 mil veículos, presencialmente e através de meios de fiscalização automática, tendo-se verificado um aumento de +29,1% em relação ao período homólogo de 2019, destacando-se o aumento de 34,9% do sistema de radares SINCRO e de 53,5% da PML. Daqui resulta um aumento global da fiscalização

neste semestre, mesmo influenciada pela forte restrição na circulação decorrente do período de estado de emergência.

Relativamente à tipologia das infrações, 64,7% do total registado no primeiro semestre corresponderam a excesso de velocidade, sendo que as outras infrações assumiram um peso menos relevante.

Comparando com o semestre homólogo, verificou-se um aumento do número de infrações por excesso de velocidade (+39,6%). Por outro lado, observou-se uma diminuição de -40,7% em infrações pela não utilização de cinto de segurança, -40,4% nas relacionadas com excesso de álcool no sangue, -37,4% nas infrações por uso do telemóvel, -35,3% por falta de inspeção e -35,0% pela falta de utilização de sistemas de retenção.

A Federação realça que os seus associados devem sempre ter em conta as recomendações e informações divulgadas pela ANSR, pela promoção da segurança rodoviária.



Como suspender a atividade em tempos de exceção

Em 29 de maio último, a FPT divulgou aos seus associados informação sobre como suspender a atividade. Depois da crise sanitária que devastou a atividade económica do Táxi, centenas de profissionais do Sector solicitaram à Federação esclarecimento sobre a possibilidade de suspender a atividade, questionando sobre por quanto tempo é possível e se os direitos adquiridos se perdem. Cabendo à FPT disponibilizar total atenção a esta crise social, a Federação foi esclarecendo aqueles que lhe solicitaram informações e ajudando juridicamente aqueles que ponderaram uma decisão de suspensão da atividade.

Nas Delegações e na Sede, a FPT está mobilizada na procura das soluções mais vantajosas, que evitem o afastamento temporário da atividade no Táxi.

A Federação recomenda a leitura muito atenta do Decreto-Lei 3/2019, de 11 de janeiro, disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/117726477/details/maximized>.

SAÚDE PÚBLICA E TRANSPORTES PÚBLICOS EM TÁXI

IMT PROLONGA PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE SEPARADORES ACRÍLICOS

Numa informação divulgada no âmbito dos procedimentos de prevenção, controlo e vigilância de infeção pela COVID-19, o IMT emanou uma deliberação que prolonga o prazo previsto para a instalação de separadores entre o espaço do condutor e o dos passageiros transportados no banco da retaguarda em táxis, com a dispensa da sua aprovação e do averbamento no Certificado de Matrícula, até 31 de dezembro de 2020. A Deliberação n.º 441-A/2020 entrou em vigor em 1 de julho, no âmbito das medidas de contingência da doença e da necessidade da proteção dos motoristas de táxis e autoriza a instalação de separadores sanitários nos táxis, prolongando o prazo da medida de carácter excepcional que autorizada a instalação dos separadores até 31 de dezembro de 2020. Findo esse prazo, os titulares do Certificado de Matrícula dos veículos que pretendam manter os separadores no âmbito da presente Deliberação, têm 60 dias para regularizar a aprovação e o correspondente averbamento no Certificado de Matrícula.



"A MOBILIDADE E OS TRANSPORTES"

IMT REALIZA WEBCONFERÊNCIA SOBRE COVID-19

O Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) promoveu, no dia 14 de maio, uma webconferência subordinada ao tema "COVID-19 - A Mobilidade e os Transportes", cuja sessão de abertura foi presidida pelo secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, em representação do ministro do Ambiente e da Ação Climática. O objetivo desta iniciativa foi "promover, por especialistas de destaque do sector, uma reflexão sobre as questões da mobilidade e dos transportes no contexto da COVID-19".

Desde que foi declarada a pandemia do novo Coronavírus/COVID-19, o sector dos transportes e da mobilidade tem assistido a profundas alterações para conter a propagação da doença. Partindo do princípio de que esta pandemia "terá impactos no comportamento humano, no estilo de vida, na forma como trabalhamos, consumimos e viajamos", o evento promoveu a reflexão e perspetivou "como serão os transportes e a mobilidade do futuro próximo". Foi moderador desta sessão o presidente do IMT,

Eduardo Feio, participando como oradores o professor Álvaro Seco, da Universidade de Coimbra, o engenheiro Carlos Aires, da Ordem dos Engenheiros, o professor Jorge Pinho de Sousa, da Universidade do Porto, o professor José Carlos Mota, da Universidade de Aveiro, o professor José Manuel Viegas, Luís Cabaço Martins, da ANTRP, a engenheira Maria de Lurdes Antunes, do LNEC, e o professor Tiago Farias, da Carris. O encerramento esteve a cargo do secretário de Estado das Infraestruturas, Jorge Delgado.

ANSR LANÇA CAMPANHA

“E SE A ESTRADA FALASSE?”



A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) lançou, no dia 12 de Junho último, a campanha “E se a estrada falasse?”, que tem como objetivo “alertar os cidadãos para manterem a prioridade à vida e cumprirem as regras de segurança no regresso à estrada após o confinamento”. A campanha decorreu entre os dias 12 e 22 de junho e foi divulgada na televisão e na rádio, assim como nas redes sociais da ANSR e de várias entidades parceiras.

A ANSR lançou esta campanha com o objetivo de mostrar aos portugueses que com o cumprimento das regras de segu-

rança rodoviária poderá evitar a sinistralidade rodoviária. Na hora de voltar à estrada, após confinamento, a ANSR apela aos condutores para “manterem a responsabilidade que demonstraram quando lhes foi pedido que ficassem em casa, fazendo a sua parte para que a circulação rodoviária seja feita em segurança”.

De acordo com o comunicado divulgado na altura pela ANSR, nos primeiros cinco meses de 2020 o número de mortos nas estradas portuguesas diminuiu 33% face ao período homólogo. Ainda assim foram 131 vidas que se perderam, “pessoas que partiram cedo demais”. Também o nú-

mero de acidentes com vítimas diminuiu 33% totalizando 9.235 registos.

“Podemos fazer mais e melhor”, refere a ANSR, acrescentando que “a luta contra a sinistralidade rodoviária pode ser realizada com sucesso e depende do comportamento de todos nós”.

Com mais esta campanha, a ANSR reforçou a ideia de que “o combate à sinistralidade é a prioridade de toda a sociedade e começa em cada um de nós”, apelando para que “vamos todos juntos construir um futuro em que prevaleça a cultura de segurança e em que zero mortes seja o único número aceitável”.

PLATAFORMAS DIGITAIS

EMPRESAS DE TVDE À VENDA NA INTERNET

Os órgãos de comunicação social noticiaram, em 5 de junho, que já há empresas que prestam serviço para as plataformas eletrónicas de transporte de passageiros em veículo ligeiro à venda na internet.

Com o confinamento decretado pelo Governo para combate à pandemia da COVID-19, os TVDE abandonam a profissão.

Foi noticiado que há empresários da Grande Lisboa, do Grande Porto, de Esmeriz e do Algarve que defendem a venda daquelas firmas licenciadas pelo Instituto da Mobilidade e Transportes, sabendo-se que há também quem esteja a alienar as viaturas. Os valores que foram anunciados na internet, oscilam entre os cinco mil e os 21 mil euros.

“Há motoristas que já abandonaram o sector. Com a baixa de rendimentos da população e o turismo reduzido a zero, não há trabalho para todos”, lamentou António Fernandes, do Sindicato de Motoristas de TVDE. Em junho passado havia 25.739 condutores certificados para TVDE.

AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES

SÍNTESE SOBRE O MERCADO TÁXI EM PORTUGAL

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) tornou público, em 9 de junho, o terceiro documento sobre o Sector do Táxi, intitulado “Síntese sobre o Mercado Táxi em Portugal”, referente ao ano de 2017, no qual apresenta uma avaliação sobre a concentração de mercado no Sector, fazendo uma análise sobre qual o número de táxis licenciados nos vários municípios portugueses são detidos por uma mesma entidade.

O relatório conta ainda com conclusões retiradas de um questionário enviado aos 308 municípios portugueses sobre as licenças de táxi e os contingentes municipais. A atualização dos dados permite apresentar um conhecimento concreto quanto à situação existente no mercado no final de 2017. Complementa também a informação já disponibilizada anteriormente sobre a forma como os municípios portugueses exercem as suas competências no Sector.

“De acordo com as informações recolhidas, conclui-se que a concentração de táxis detidos por uma mesma entidade aumenta com a redução do número de licenças no município, sendo os municípios que possuem até 10 táxis os que apresentam maiores taxas de concentração”, explica o relatório, acrescentando que “em média, cerca de 34% dos táxis são detidos pelo maior operador”. Nos municípios com mais táxis, a concentração reduz-se de forma significativa. Nos três municípios com mais de 200 táxis (Lisboa, Porto e Funchal), a concentração de táxis detidos pelo mesmo prestador corresponde, em média, a 3%.



Tendo por base o questionário realizado aos municípios, foi atualizada a informação à data de 31 de dezembro de 2017 sobre as licenças de táxi e os contingentes municipais. A este propósito mantém-se o cenário de estabilidade revelado em documentos anteriores, contabilizando-se 13.729 táxis licenciados no final de 2017 (menos 47 do que em 2016 e mais 86 do que em 2006).

O relatório evidencia que, apesar de existirem vagas nos contingentes em mais de metade dos municípios, a grande maioria, optou por não abrir concursos, pelo que, no final de 2017, existiam 1.209 vagas (8% do contingente total).

Relativamente aos critérios e procedimentos associados às decisões dos municípios sobre a fixação de contingentes e o lançamento de concursos para a atribuição de licenças, conclui-se que “são insuficientemente suportados em opiniões de agentes do lado da procura e em dados técnicos e económicos sobre as condi-

ções de prestação do serviço”, com base, maioritariamente, em “critérios centrados na perspectiva dos agentes do lado da oferta”, tais como a “consulta aos detentores de licenças” e a “demonstração por parte de interessados em obter licenças”.

Nos anos de 2016, 2017 e 2018 as reclamações no Sector do Táxi foram respetivamente 65, 196 e 69, o que representou 0,6% das reclamações totais registadas e tratadas pela AMT nesses três anos. No primeiro semestre de 2019 foram registadas 14 reclamações (0,2% do total). O motivo das reclamações prende-se maioritariamente com o comportamento do motorista (críticas à condução e/ou atitude agressiva).

No que se refere às reclamações dos TVDE, no primeiro semestre de 2019 chegaram à AMT 122 reclamações relativas aos serviços de TVDE, relacionadas maioritariamente, com pagamentos e pedidos de reembolso (42%), com cancelamentos de serviços (15%) e com o comportamento dos profissionais (11%).

USUFRUA DOS SEUS DIREITOS CUMPRINDO OS SEUS DEVERES



MANTENHA A SUA QUOTA FPT ATUALIZADA

CAMPANHA PUBLICITÁRIA

Em 1 de junho último a FPT relançou a campanha publicitária #chamaumtaxi, atualizada com o difícil momento económico-social que o país atravessa.

Alinhada com a vontade coletiva de relançar a economia nacional promovendo marcas, serviços e produtos 100% portugueses, esta campanha da Federação tem por objetivo comunicar aos consumidores que o preço de qualquer viagem de táxi é um valor para Portugal.



FPT REÚNE COM FECTRANS

A Federação recebeu, em 14 junho, a FECTRANS numa reunião de trabalho para discutir “o conjunto de problemas que, no quadro da pandemia de COVID-19, ficaram mais visíveis e demonstram a precariedade laboral que há no sector”, bem como sobre uma eventual atualização do contrato coletivo de trabalho.

Representaram a FECTRANS o coordenador José Manuel Oliveira e Anabela Carvalheira e a FPT, o presidente Carlos Ramos e a vice-presidente Ana Rita Silva. A Federação sublinhou a difícil situação

do Táxi, nomeadamente quanto à quebra na procura e a consequente ponderação de suspensão da atividade dos industriais do Sector. No quadro de uma eventual alteração do contrato coletivo de trabalho, a FPT defende que seja “devidamente salvaguardada a especificidade do Táxi”.

Para a Federação, qualquer alteração depende de um trabalho conjunto e de uma discussão inter-institucional profícua, com base no diálogo, nos pontos de vista jurídicos e outros, com ponderação e serenidade.

Anabela Carvalheira realçou que os representantes do Táxi foram as únicas instituições a receber a FECTRANS presencialmente e referiu que, com um esforço para o encontro entre as partes é possível chegar a um entendimento. Os sindicatos da FECTRANS/CGTP-IN são: o STRUP - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal, o STRUN - Sindicato Transportes Rodoviários Urbanos Norte e o STRAMM - Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Atividades Metalúrgicas da Região Autónoma da Madeira.



Regularização das quotas Apelo aos Associados

Relançar a atividade do Táxi no novo tempo em que vivemos é uma prioridade para a Federação, que continuamente presta apoio jurídico e administrativo aos associados, na Sede e nas Delegações do Norte, Centro e Sul, bem como no Núcleo de Portimão, e que trabalha para que a informação lhes chegue de forma clara, regular e rápida, através da Revista Táxi, do Site Institucional e das Redes Sociais.

Esta atividade incessante de apoio permanente aos seus associados, na luta diária para que ninguém fique para trás, tem custos consideráveis e, como todo o País, a Federação atravessa um período de fragilidade financeira que urge ultrapassar.

Para que a crise pandémica seja ultrapassada com a menor perda possível, a FPT pretende reforçar os seus meios de ação junto dos associados e, consciente do enorme esforço financeiro a que os associados estão sujeitos, a Federação apela à regularização das quotas, nas várias modalidades disponíveis.

O pagamento das quotas pode ser faseado, bastando que os interessados contactem a Sede ou as Delegações para o efeito.

A força da FPT cresce do esforço de cada um dos seus associados.

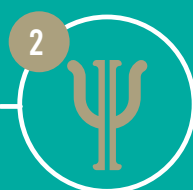
GAPA

GABINETE DE APOIO PSICOLÓGICO AO ASSOCIADO

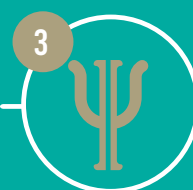
A Federação Portuguesa do Táxi disponibiliza um Gabinete de Apoio Psicológico ao Associado que presta serviços de aconselhamento psicológico e promoção de saúde individual.



Identifique se existe alguma situação que causa sofrimento e desconforto psicológicos.



Marque uma sessão, ainda que esteja inseguro e com dúvidas, dê pelo menos oportunidade a si mesmo para experimentar.



Tenha consciência que este é um caminho em conjunto, que implica envolvimento e compromisso no seu processo.

Por vezes, em alguns momentos da vida deparamo-nos com situações exigentes do ponto de vista pessoal, social/profissional que implicam também uma adaptação a novas realidades. Estas situações podem ser avaliadas como potenciadoras de contextos de stresse, insegurança e incerteza, sobretudo quando falha o apoio encontrado na rede de suporte social. Para fazer face a estas situações pode ser fundamental procurar apoio, com o objetivo de identificar problemáticas possibilitar mudanças de comportamento e promover desenvolvimento psicossocial e bem-estar geral.

Valências:

Apoio individualizado | Apoio a situações de crise | Orientação e aconselhamento psicológico | Ações de promoção da saúde e de hábitos e estilos de vida saudáveis.

A quem se destina?

O GAPA destina-se a todos os associados afetos a FPT. Estando devidamente assegurada a confidencialidade em todos os processos.

O GAPA funciona nas instalações da FPT

Estrada Paço do Lumiar, Lote R-2, Loja A 1600-543 LISBOA
Telef.: 21 711 28 75 | Email: gapa@fptaxi.pt

MOMENTOS INESQUECÍVEIS... DE TÁXI



Desde o dia 14 de julho que está disponível online o "lisboadetaxi.pt", uma parceria da Associação Turismo de Lisboa (ATL), com a ANTRAL e a FPT, que permite viajar a partir de 8,00 euros dentro de Lisboa e com 30% de desconto em viagens fora da capital. Esta parceria está integrada no trabalho que as associações representativas do Táxi estão

a desenvolver junto da autarquia de Lisboa para fazer face às dificuldades com que o Sector se tem debatido neste ano.

Esta iniciativa está integrada nas ofertas exclusivas e pacotes de experiências da ATL. "É a forma mais económica de descobrir lugares mágicos, nobres monumentos e sítios únicos, na segurança do serviço público de

transporte em táxi", referem os responsáveis da iniciativa.

"Sem filas ou contratempos, a mais bela das capitais revela-se sempre diferente numa viagem de táxi, agora, mais acessível que nunca", é o mote desta campanha conjunta que pode ser acedida em encontre.visitlisboa.com ou <https://lisboadetaxi.pt>.



AUTARQUIA QUER A CAPITAL COM VELOCIDADE MODERADA

No dia 14 de julho foi divulgado que o vereador da Mobilidade de Lisboa, Miguel Gaspar, anunciou a intenção da Câmara Municipal de Lisboa de impor uma velocidade máxima de 30 km/hora na maior parte da rede viária da cidade, promovendo a segurança rodoviária e a diminuição da sinistralidade que envolve atropelamento de peões nas ruas da cidade.

Os eixos viários como o Campo Grande, a Av. da República, a Av. dos Estados Unidos ou a Av. da Índia, entre outras, estão classificados no Plano Diretor Municipal como "vias de distribuição principal", cuja velocidade máxima pode variar apenas entre os 50 e os 80 km/hora. A velocidade superior

máxima de 80 km/hora, só será possível nas chamadas "vias estruturantes" como a Segunda Circular ou o Eixo Norte/Sul.

Nas "vias do quarto e quinto níveis", de "proximidade e de acesso local", a Câmara Municipal de Lisboa determinará que se circule a 30 km/hora, no máximo. "São mais de 800 quilómetros de rede viária", precisou o vereador Miguel Gaspar. O atropelamento mortal de uma jovem, em 13 de julho, ao atravessar uma passeira junto à Biblioteca Nacional, por um condutor que alegadamente não terá respeitado um sinal vermelho no local, gerou indignação e a marcação de uma manifestação no local e a convocação pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Uti-

lizadores de Bicicleta de protestos em oito outras cidades portuguesas para exigir "tolerância zero" aos atropelamentos.

Nas manifestações foi exigido que Autarquia de Lisboa "tome medidas de acalmia de tráfego nas zonas urbanas", que os agentes da autoridade fiscalizem "os excessos de velocidade tão constantes em Lisboa e de alguma forma socialmente aceites" e que seja revisto o perfil viário das diversas vias da capital, para evitar novos casos de atropelamento e acidentes. O vereador Miguel Gaspar realçou que a Câmara Municipal "tem uma posição bastante clara de que o único número aceitável é zero mortos", quanto à sinistralidade rodoviária nas suas ruas.

COVID-19 - PROMOÇÃO DA CONFIANÇA NO TRANSPORTE

CM LISBOA ASSINA PROTOCOLO COM O TÁXI



O Protocolo assinado em 22 de maio, nas instalações da Autarquia, nos Olivais, entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Associações representativas do Sector do Táxi, Federação Portuguesa de Táxi e Antral, estipulou a cedência gratuita aos profissionais de 800 litros de desinfetante do ar e das superfícies das viaturas. Na presença dos presidentes das Associações do Táxi, Florêncio Almeida (Antral) e Carlos Ramos (FPT), o vereador da Mobilidade, Miguel Gaspar, manifestou

o reconhecimento do Município aos profissionais do Táxi que, “nesta fase de levantamento das medidas excecionais de contingência, continuam empenhados em disponibilizar, em condições de segurança, uma opção de mobilidade a todos os que precisam de se deslocar”. Com o levantamento gradual das medidas de confinamento, e o previsível aumento das deslocações, o apoio da Autarquia visa “melhorar as condições de segurança para profissionais e clientes

dos serviços de táxi, fornecendo meios às empresas para a limpeza regular das superfícies das viaturas”.

No conjunto de outras medidas dos planos de contingência, este acordo visa “aumentar a confiança de todos na utilização dos transportes públicos”.

ANTRAL e FPT distribuíram, gratuitamente, o desinfetante a todos os empresários com licença para operar no concelho de Lisboa.

VEREADOR DA MOBILIDADE RECEBE ASSOCIAÇÕES

Relançamento da atividade do Táxi na capital em análise

A FPT e a Antral, Associações representativas do Táxi, foram recebidas pelo vereador da Mobilidade, Miguel Gaspar, em reunião realizada no dia 26 de junho, para discutir o relançamento da atividade do Táxi em Lisboa.

Representaram a FPT, o presidente Carlos Ramos, Rodolfo Melo e Andreia Bárrios, presencialmente, e a Antral, os dirigentes José Domingos e Abel Marques, em videoconferência, estando também



presentes, pela parte da CML, o assessor Bernardo Alves, a diretora da Mobilidade CML, Ana Luísa Ferreira.

Durante a reunião de trabalho foram lançadas e debatidas ideias sobre campanhas que possam contribuir para o relançamento da atividade do Táxi na capital, envolvendo a Associação Turismo de Lisboa. As iniciativas futuras poderão incluir a participação do Táxi em eventos como o Festival do Fado, em setembro.

VILA NOVA DE GAIA

MEDIDAS DE APOIO PARA O TÁXI NO ÂMBITO DA COVID-19



Foi aprovada, em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no dia 1 de junho, a implementação de medidas de apoio ao Sector do Táxi no âmbito do combate à COVID-19.

O pacote de medidas aprovado pela Autarquia inclui a higienização de todas as viaturas do contingente municipal de táxis pelos serviços municipais; a distribuição de 100 máscaras de proteção a cada licença de táxi; e a realização de testes de despiste da COVID-19 para os profissionais do Táxi.

Na primeira sessão camarária presencial desde o início da pandemia, sem público, foi feito o balanço sobre os testes realizados à comunidade escolar e o executivo camarário decidiu alargá-los a outros sectores de atividade, sendo assim aprovado por unanimidade o apoio aos motoristas de táxis com a realização de testes, se estes decidirem fazê-los, realçando o autarca que esta medida poderá beneficiar cerca de oito dezenas de motoristas.

ALBUFEIRA

AUTARQUIA APOIA TÁXI COM 94.500 EUROS



A Câmara Municipal de Albufeira anunciou “mais uma medida de apoio às populações”, no dia 15 de julho último, com a atribuição de uma comparticipação financeira de 94.500,00 euros à Albucoop – Cooperativa Rádio de Táxis de Albufeira, com o objetivo de “minimizar os prejuízos provocados pela COVID-19”.

O Município de Albufeira promoveu medidas de apoio às populações e mais concretamente à atividade económica do concelho, para fazer frente aos severos efeitos da pandemia. O Táxi foi beneficiado com um apoio cujo montante corresponde a seis meses de quotas, referentes a 105 licenças de táxi atribuídas pelo Município, destinadas à atividade de transporte de passageiros ao serviço da população e do turismo do concelho, como foi referido à comunicação social local.

A Cooperativa Rádio de Táxis de Albufeira já ultrapassou as três décadas de existência e presta serviços de transporte de passageiros em todo o concelho, “desenvolvendo uma atividade que, por depender fortemente do turismo, foi uma das mais afetadas desde o início da pandemia”, como explicou José Carlos Rolo, presidente da Câmara Municipal de Albufeira.

“De meados de março até final de junho, os táxis praticamente não trabalharam e ainda agora a atividade está muito longe

dos patamares alcançados anteriormente, pelo que os rendimentos destas pessoas e respetivas famílias não são suficientes para fazerem uma vida normal”, acrescentou o edil, demonstrando conhecer profundamente a dura realidade do Sector naquela região.

A Autarquia informou ainda que “a verba irá dotar a Albucoop de meios que irão reverter em benefício dos seus associados, nomeadamente através da isenção do pagamento de quotas à Cooperativa”.

O autarca lamentou que, sem qualquer outro apoio estatal ou local até ao momento, a Albucoop esteja a passar por grandes dificuldades, “uma vez que sobrevive das quotas dos seus associados que, com a redução de rendimentos, não as conseguem pagar, levando a que a cooperativa fique sem fundos para fazer face às suas despesas normais e, claro, muito menos para ajudar os cooperantes nesta época difícil, em que o cumprimento das normas sanitárias de segurança faz aumentar exponencialmente os custos da atividade”.

A Albucoop tem feito um esforço para minimizar a perda de rendimentos dos seus associados e tenta incentivar o reinício da atividade apoiando os seus profissionais, com a distribuição de máscaras, luvas, álcool e realizando a desinfeção dos táxis.

PONTA DELGADA

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE TÁXI RECEBE APOIO DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Ponta Delgada deliberou conceder um apoio de 14.400,00 euros à Associação de Profissionais de Táxi de Ponta Delgada, verba que se destina ao pagamento das quotas dos associados pelo período de três meses, correspondentes aos meses de abril a junho deste ano.

A medida, anunciada no dia 17 de junho último, destina-se a “apoiar, a título extraordinário, a Associação de Profissionais de Táxi de Ponta Delgada e os seus associados, na particular situação de vulnerabilidade financeira em que estes se encontram, decorrente da pandemia COVID-19 e, em especial, a garantir a manutenção em funcionamento da central telefónica” da Associação, segundo está disposto no Protocolo de Cooperação firmado pela presidente do município de Ponta Delgada, Maria José Duarte, e pelo presidente da Associação de Profissionais de Táxi de Ponta Delgada, António José Feleja.



A iniciativa solidária da Autarquia foi alvo do agradecimento do representante da Associação de Profissionais de Táxi de Ponta Delgada e dos seus associados. A atenção da Câmara Municipal de Ponta Delgada perante as dificuldades que a classe profissional vive tem sido bastante elogiada: “agradecemos a gentileza e solidariedade de terem olhado para nós e nos estenderem a mão”.

O presidente António José Feleja realçou que “este apoio é como que um “balão de

oxigénio” que ajudará 80 famílias [pois a Associação integra 80 associados] e manterá a central, que presta um serviço de excelência à população”.

A Associação de Profissionais de Táxi de Ponta Delgada é uma Instituição sem fins lucrativos, que tem como finalidade o estudo, a prossecução e a defesa dos interesses comuns dos seus associados, com vista ao seu desenvolvimento técnico e económico e a promoção da justiça social e do equilíbrio da comunidade.



SINTRA

AUTARCA DE SINTRA PREOCUPADO COM O TÁXI

O Sector do Táxi de Sintra foi recebido pelo presidente da Câmara Municipal de Sintra, Basílio Horta, junto aos Paços do Concelho, no dia 25 de maio.

Jorge Fernandes, presidente da Taxintra e da Assembleia-Geral da FPT, acompanhado pelo dirigente Emídio Silva, agradeceu ao presidente da Câmara as iniciativas que a edilidade tem desenvolvido em prol do Táxi, no combate à COVID-19 e na crise que a pandemia originou também no concelho de Sintra.

“Conversei esta manhã, em conjunto com o vereador Rui Pereira, Pedro Ventura e Carlos Parreiras, com os taxistas do nosso município. Vamos continuar a apoiar o Sector, em articulação com a cooperativa, e encontrar soluções para responder aos novos desafios que juntos enfrentamos”, referiu o presidente da CM Sintra nas redes sociais.

Os representantes do Táxi constataram “profunda e verdadeira preocupação por aquilo que estamos a passar”.

SINTRA

SINTRA APOIA OS TÁXIS DO CONCELHO



A Câmara Municipal de Sintra assinou com a Cooperativa de Táxis Linha de Sintra - Taxintra, no dia 1 de julho, um protocolo de apoio financeiro, atribuindo-lhe de 105 mil euros, com o objetivo de minimizar o impacto das dificuldades económicas sentidas na pandemia de COVID-19. “Desta forma garantimos que no futuro possamos continuar a contar com este serviço dos táxis”, referiu o presidente da CM Sintra, Basílio Horta, na cerimónia de atribuição à Taxintra do apoio financeiro de 105 mil euros, valor que corresponde a seis meses de quotas dos 123 profissionais do concelho, o que perfaz um apoio superior a 850 euros por cada profissional de táxi de Sintra.

A verba concedida destina-se a fazer face às dificuldades de tesouraria, decorrentes da impossibilidade do pagamento de quotas por parte dos associados, em virtude do decréscimo da atividade do Táxi durante a pandemia. O montante permitirá também, segundo informou a Câmara Municipal, “a manutenção de uma oferta de transporte público em táxi, capaz de responder às necessidades da população, nomeadamente no que diz respeito ao transporte de pessoas para hospitais, centros de saúde, clínicas, entre outros”.

O edil de Sintra salientou que a Autarquia “está sempre pronta para ajudar” e

que “não iríamos virar as costas a este Sector no momento que atravessamos e que traz graves consequências a todos os níveis”.

Jorge Fernandes, presidente da Taxintra e da Assembleia-Geral da FPT, e os dirigentes que participaram na cerimónia elogiaram a sensibilidade da Autarquia sintrense e do seu presidente Basílio Horta, agradecendo o apoio financeiro e logístico que a Autarquia tem prestado ao Táxi. Foi também reafirmado que “os profissionais e industriais do Táxi em Sintra manifestam a sua alegria e o seu reconhecimento pela iniciativa solidária da CM Sintra”, especialmente quando os representantes do Táxi e da Taxintra entregaram um ramo de flores a Basílio Horta, como “gesto simbólico de celebração da vida e de reconhecido agradecimento pelo apoio contínuo da edilidade da nossa terra”.

No final da cerimónia foram distribuídos “kits” de proteção individual.

A Câmara Municipal de Sintra mantém em vigor o Plano de Contingência com estratégias definidas para reduzir o risco de contágio e combater o surto de COVID-19, concretamente com a lavagem e desinfeção de viaturas das forças de segurança e táxis do concelho, no âmbito das recomendações das autoridades de saúde.

MUNICÍPIO

REFORÇA AÇÕES DE DESINFEÇÃO



Durante o mês de maio, a Câmara Municipal de Sintra reforçou a desinfeção de viaturas, equipamentos, edifícios e espaço público. A medida está integrada na estratégia da Autarquia para reduzir o risco de contágio e combater o surto de COVID-19.

A CM Sintra anunciou que até meados de maio, os serviços já procederam à lavagem e desinfeção de mais de 258 km de superfícies que incluem faixas de rodagem, passeios, mobiliário urbano, mobiliário urbano e contentorização, paragens, autocarros e outros veículos. Foram já desinfetadas 844 viaturas, na sua maioria pertencentes à frota da Autarquia, da PSP, da GNR, táxis, das instituições de solidariedade social, e ambulâncias das Corporações de Bombeiros dos concelhos de Sintra e Amadora, entre outras.

Em 322 intervenções de desinfeção, foram realizadas ações em edifícios camarários, esquadras da PSP e GNR, mercados, escolas, creches e outros imóveis de resposta social como lares, residenciais, casas repouso, centros dia, cemitérios e empresas.

A Autarquia disponibilizou às forças de segurança e aos bombeiros cerca de dois mil “kits” de proteção (que incluem tapa pés, máscara FFp, óculos, touca, luvas e fato), bem como mais de 2.500 “kits” (que incluem tapa pés, máscara cirúrgica, luvas e bata) e mais de 30 mil máscaras.

Todas estas iniciativas decorreram da implementação do Plano Contingência para a infeção do COVID-19, visando acompanhar a evolução da propagação do Coronavírus e antecipar medidas preventivas que garantam as atividades essenciais e prioritárias no Município, bem como apoiar as populações.



FUNCHAL

MADEIRA DÁ LUZ VERDE A DECRETO SOBRE TVDE

O decreto sobre transportes a partir de plataformas eletrónicas (TVDE) tem a aprovação do representante da República, pois a sua adaptação à realidade legislativa daquela Região Autónoma “não suscita questões de inconstitucionalidade” ao representante da República, Ireneu Barreto. O decreto, que adapta à Madeira o regime jurídico da atividade de TVDE, foi aprovado, em 11 de agosto.

O decreto já tinha sido aprovado em conselho de Governo da Madeira, em fevereiro, e a sua adaptação à Região Autónoma da Madeira, explicou o Governo Regional, levou em conta as características da Madeira, de modo a que se assegurasse o tratamento similar entre industriais e motoristas de táxi e os profissionais de TVDE. “Esta resolução vem obstar que os TVDE entrem no mercado de oferta de serviços turísticos e pretende garantir que a tributação referente aos lucros da atividade exercida na Madeira fique na Região”, referiu o Executivo madeirense.

O decreto estabelece que a Região Autónoma “exerça as suas competências de fiscalização e dê aos cidadãos várias opções de transporte seguras e devidamente reguladas” e nesta adaptação do decreto está prevista a fixação de contingentes,

bem como que a tributação sobre estes serviços prestados na Região fiquem na Região, criando-se um fundo de apoio a projetos de modernização do Táxi e ainda o impedimento de que os TVDE concorram com os operadores de animação turística, promovendo circuitos turísticos.

O secretário regional de Economia, Rui Barreto, considera o diploma “uma lei justa, equilibrada e legal” e esclareceu que, com adaptação da lei nacional, ficou definida “a coexistência entre aqueles que têm licença de táxi e mantém a sua operação e os operadores TVDE, que terão um limite de 40 viaturas na Região Autónoma da Madeira”.

Segundo o secretário regional, “os operadores que já obtiveram licença poderão ter um máximo até três viaturas e, a partir de agora, a Portaria vai definir um conjunto de regras mais específicas para que os operadores possam atuar no mercado regional”.

A intervenção do Táxi

As duas associações do Táxi da Madeira, a Associação TáxisRam e a Associação Santacruzense de Táxis, que defenderam, no dia 5 de junho, em audição rea-

lizada no Parlamento Regional, a fixação de um contingente daquelas viaturas e alertaram para os efeitos negativos da “concorrência desleal” no Sector do Táxi. “Numa população de 250 mil habitantes, tem de haver um contingente justo”, afirmou então Paulo Pereira, da Associação TáxisRam, na audição na Comissão de Economia, Finanças e Turismo, no âmbito do processo de adaptação à Região Autónoma da lei que estabelece o regime jurídico da atividade TVDE.

Foi também lembrado que no arquipélago da Madeira há 850 empresas de táxi, correspondendo ao mesmo número de profissionais.

Joaquim Marujo, da Associação Santacruzense de Táxis, acusou a atividade dos TVDE de “desregular o mercado”, com a prática do mesmo tipo de serviço, mas com menos obrigações legais ou requisitos menos exigentes.

As duas associações madeirenses de Táxi defendem também a obrigatoriedade de colocação de dístico fixo e visível do exterior nos veículos TVDE, que deve corresponder à licença e à viatura, para evitar que o mesmo automóvel execute vários tipos de serviço e negócios menos transparentes e de concorrência desleal.



ORÇAMENTO SUPLEMENTAR

CPPME EXIGE CUMPRIMENTO IMEDIATO DE MEDIDAS APROVADAS

Com a entrada em vigor do Orçamento suplementar, no dia 25 de julho, criaram-se direitos que alargam os apoios aos sócios-gerentes, com carreira contributiva; facilitam o acesso ao subsídio de desemprego; garantem aos doentes COVID-19 uma baixa paga a 100%; e criam um novo apoio de 439,00 euros mensais para quem ainda não tem nenhum. A CPPME exige, o cumprimento imediato das medidas consignadas no Or-

çamento Suplementar e outras dirigidas aos micro, pequenos e médios empresários, aprovadas na Assembleia da República.

A CPPME, relativamente à medida de apoio aos sócios-gerentes, “e depois de tantas peripécias”, considerou ser uma “medida positiva”, mas chamou desde logo a atenção para a “necessidade do Governo respeitar as decisões da Assembleia da República, em tempo útil”.

A Confederação lembra que “o Governo reconhece que estes direitos já estão em vigor, embora admita que os apoios não estejam a ser pagos, o que justifica com a necessidade de adaptar sistemas informáticos ou de concluir regulamentações”, exigindo do Executivo a disponibilidade imediata do acesso à medida de apoio aos sócios-gerentes com carreira contributiva.

PROPOSTAS ESTRUTURANTES E TRANSVERSAIS A TODOS OS SECTORES DE ATIVIDADE

CPPME PEDE ATENÇÃO AO GOVERNO

Para a CPPME, as últimas medidas anunciadas pelo Governo para as micro, pequenas e médias empresas são de “bradar aos céus”

A CPPME afirmou que, “mais tarde ou mais cedo, o Governo terá de dar atenção às justas propostas desta Confederação Empresarial” e, em comunicado à imprensa datado de julho, divulgou que “o Governo demora em colocar em prática a medida compensatória para os sócios gerentes com carreira contributiva para a Segurança Social, aprovada no Orçamento Suplementar, esta sim uma medida de justiça e reiteradamente adiada”. A CPPME denunciou ainda que o Executivo “teima em não criar um Fundo de Tesouraria para as micro e pequenas empresas, sem burocracias, com juros zero e período de carência alargado. O anúncio de mil milhões de euros para as micro e pequenas empresas “não responde ao real problema” que está a ser vivido, pois, como alertou a CPPME, “a banca continua a gerir à sua maneira”.

Sobre as três novas modalidades de “lay off”, a Confederação referiu que “não só vêm complicar ainda mais o que foi o “lay off” simplificado, como parecem estar desenhadas para que só muito poucas empresas possam ter acesso, com inevitáveis reduções no poder de compra e acentuada de quebra do mercado interno”.

A CPPME reiterou as suas 12 propostas, estruturantes e transversais a todos os sectores de atividade, defendendo outras medidas sectoriais que as suas associadas e outras estruturas empresariais subscreveram no documento que, após a concentração do dia 22 de julho, junto à escadaria da Assembleia da República, entregaram ao presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao primeiro-ministro, e ao ministro da Economia.



COVID-19 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

NOVA LINHA DE APOIO À ECONOMIA

O secretário de Estado adjunto e da Economia, João Correia Neves, em reunião com a CPPME, realizada no dia 9 de junho, voltou a anunciar a disponibilização de um pacote financeiro de mil milhões de euros para as micro e pequenas empresas, garantindo à Confederação, de que a FPT também é associada, que a prioridade iria para as empresas que não tinham sido contempladas na linha capitalizar COVID 19, sem ser necessário reabrir novo processo no respetivo banco.

Na primeira semana de agosto, o Governo anunciou já estar disponível para candidaturas, no âmbito das medidas de carácter extraordinário para apoio ao emprego e à normalização da atividade empresarial junto do Sistema Português de Garantia Mútua (SPGM), a nova “Linha de Apoio à Economia COVID-19 – Micro e Pequenas Empresas”.

O Governo informou ainda uma dotação de mil milhões de euros, dos quais 700 milhões de euros se destinam a microempresas e 300 milhões de euros a pequenas empresas, exclusivamente para apoiar as micro e pequenas empresas, afetadas pelos efeitos da pandemia do novo Coronavírus.

As empresas podem obter financiamento



até 50 mil euros, no caso de microempresas, ou até 250 mil euros, no caso das pequenas empresas, para um prazo máximo da operação de até seis anos, incluindo 18 meses de carência de capital, e uma garantia até 90% do capital em dívida.

Na candidatura, as empresas têm de apresentar uma quebra abrupta e acentuada de pelo menos 40% da sua faturação, e não podem ter beneficiado das anteriores linhas de crédito com garantia mútua criadas para apoio à normalização da atividade das empresas, face ao surto pandémico da COVID-19. Também não podem ter sido consideradas como empresas em dificuldades, a 31 de dezembro de 2019, nem ter sede em países ou regiões com regime

fiscal mais favorável (“*offshore*”).

A CPPME informou sobre queixas de associados, informando que as entidades bancárias lhes estão a exigir a reabertura de novos processos de candidatura, contrariando a informação do secretário de Estado adjunto e da Economia.

Para a Confederação, a criação desta importante nova linha de crédito não substitui a criação de um Fundo de Tesouraria, nas condições já propostas, e a CPPME alertou o Governo, que suporta praticamente todos os riscos financeiros, para a necessidade fiscalizar, com rigor e em permanência, o comportamento dos bancos, no respeito pelas regras definidas e estabelecidas.

CONFERÊNCIA EMPRESARIAL CPPME - “NO PÓS-PANDEMIA, QUE FUTURO PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS?”

“É PRECISO ALERTAR A OPINIÃO PÚBLICA PARA A REALIDADE DE MILHARES DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS E SEUS TRABALHADORES”

A Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) realizou, no dia 8 de julho, no Auditório cultural do Seixal, uma Conferência Empresarial, com o lema “No Pós-Pandemia, Que Futuro para as Micro, Pequenas e Médias Empresas?”. A Federação Portuguesa do Táxi, como membro da CPPME, também participou ativamente no evento. O Presidente da República enviou uma

mensagem em vídeo, com palavras de solidariedade e esperança, que muito sensibilizaram os empresários presentes, reconhecendo os sacrifícios que os micro empresários estão a passar e mostrando-se favorável a medidas que possam ajudar a ultrapassar esta fase difícil.

Participaram na Conferência uma confederação, duas federações e cerca de 30 associações e estruturas empresariais, de

Bragança ao Algarve, passando pela Região Autónoma da Madeira. A Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados fez uma intervenção por videoconferência. A Conferência contou ainda com a participação de representantes dos Grupos Parlamentares do PCP e do PEV, da UGT, de várias Autarquias e de escritórios de advogados.

As 21 intervenções produzidas na Con-



ferência abordaram a realidade de sectores tão diversos como o comércio, a restauração e serviços; a indústria do táxi; as creches e estabelecimentos de ensino particular; as empresas de diversão; as questões sobre fiscalidade; os serviços técnicos para eventos; os barbeiros, cabeleireiros e institutos de beleza; os transportes de passageiros e veículos de turismo (letra T); as empresas de construção de stand em feiras nacionais e internacionais; o sector da construção e obras públicas, entre muitas outras áreas da atividade económica empresarial.

FPT em defesa da economia nacional

Carlos Ramos, presidente da Direção da FPT, integrou a mesa de honra do evento e, na sua intervenção durante a Conferência, saudou a iniciativa da CPPME e referiu que “importa analisar com rigor o impacto económico e social que a crise sanitária provocou e provoca, avaliar processos de mitigação perante as fragilidades que vivemos e procurar soluções dignas para este momento de grande dificuldade”. Lembrou também que “há cinco anos, muito antes desta pandemia, o serviço público de transporte em táxi foi atacado por transportadores ilegais, que surgi-

ram sem qualquer tipo de fiscalização ou controlo, praticaram valores de operação abaixo dos reais valores de custo, multiplicaram-se sem contingentação numa evidente concorrência desleal, estimulados à distância por multinacionais que, promovendo a exploração e o trabalho precário, fugiam e fogem com as devidas tributações à economia nacional”. Recordou ainda a “passividade apática” dos Governos face a uma “clara violação às leis do trabalho e da justa concorrência”. O presidente da FPT afirmou que, “na prática, nada aconteceu perante uma ofensiva destruidora da lei, da ordem e do trabalho”.

“A conjugação destes dois momentos [ilegalidade e entrada das plataformas digitais em Portugal e pandemia COVID-19], se não foi premeditada, posso assegurar-vos que foi eficaz: o ataque da ganância das multinacionais somado a Governos incapazes de defender o bem comum, tirou e tira pão da mesa a 30 mil trabalhadores e suas famílias”, acusou Carlos Ramos, que acrescentou que “a crise sanitária que paralisa praticamente toda a economia obrigou à paragem de 80% da frota nacional dos táxis, tirou rendimento a mais de 18 mil profissionais, colocou nas filas do banco alimentar famílias até

então capazes de garantir sustento, levou e leva a uma crise social de dimensão ainda por apurar”.

“O desespero alimentado pela incerteza da retoma, a obrigatoriedade de liquidar custos sem que haja proveitos está a matar a esperança”, lamentou o presidente, informando que “há centenas de motoristas de táxi a suspender ou a ponderar suspender a licença de táxi junto da respetiva Câmara Municipal”.

A FPT informou ainda que, durante a discussão recente do Orçamento de Estado Suplementar, defendeu duas linhas de ação para amparo dos trabalhadores e sua atividade: financiamento ou atribuição de materiais e equipamentos para salvaguarda da saúde pública; linhas de créditos e apoios financeiros a fundo perdido, como acontecem por exemplo em Espanha.

Carlos Ramos afirmou que “o resultado é frustrante e penso que ao longo desta conferência vai ficar nítido que este Orçamento Suplementar não foi feito a pensar nas micro, pequenas e médias empresas” e que “não foi feito a pensar em 99,9% da economia nacional”.

“Agora que vai surgir um novo Grupo de Trabalho para a Modernização do Táxi, a FPT renova a apresentação das dezenas

de propostas para as soluções urgentes que este serviço público clama”, referiu o presidente, destacando três delas: reprogramar o sistema tarifário que vem do século passado e precisa de ser uma ferramenta adaptada a nova mobilidade; criar contingentes intermunicipais e/ou inter-regionais que não encareçam o valor da viagem na passagem de fronteiras administrativas; e regulamentar contratos digitais para viagens em táxi.

CPPME afirma que é preciso ir mais além

No encerramento dos trabalhos, o presidente da CPPME, Jorge Pisco, numa intervenção em que referiu as propostas da Confederação e algumas vitórias, embora insuficientes, constantes no Orçamento Suplementar, considerou que “o Poder Político, a Assembleia da República e o Governo, têm de olhar para o futuro, no qual se inclui o futuro das micro e pequenas empresas”.

Jorge Pisco saudou a elevada participação na Conferência, sublinhou as dificuldades que o tecido empresarial português tem atravessado em 2020 e lembrou algumas

vitórias entretanto atingidas, destacando algumas:

- O apoio aos sócios-gerentes – depois das alterações, ainda que com limites, foi aprovado. “É um dos exemplos inadmissíveis de exclusão a que o Governo submeteu os sócios-gerentes das micro e pequenas empresas. A Segurança Social é um direito universal em que carreiras contributivas iguais devem ter os mesmos direitos.
- O levantamento das restrições impostas às MPME no acesso às linhas de apoio às Atividades Económicas e alargamento das condições de acesso às moratórias e ao processo de concessão de garantias por parte do Estado.
- O alargamento da Suspensão do Pagamento por Conta de forma automática a todas as MPME e a devolução antecipada às MPME e Cooperativas dos Pagamentos Especiais por Conta não utilizados.
- O Apoio ao pagamento das rendas habitacionais e não habitacionais.
- A extensão da validade dos seguros e dos certificados de inspeção dos veículos, assim como a flexibilização do pagamento dos prémios dos seguros, enquanto a

atividade estiver suspensa.

A questão para a CPPME é que “a sua operacionalização seja rápida”, sendo “necessário que o Governo respeite as decisões da Assembleia da República”.

Aprovado o Orçamento Suplementar na Assembleia da República, a CPPME considera que é “insuficiente e limitativo e não corresponde às necessidades dos micro e pequenos empresários”.

Já na fase final da sua intervenção disse que “temos a obrigação e o dever de alertar a opinião pública para a realidade de milhares de micro e pequenos empresários e seus trabalhadores, se não quisermos que uma multidão de famílias mergulhe na fome e na miséria”.

O presidente da CPPME referiu que “as propostas apresentadas pela CPPME desde 19 de março, mantêm-se praticamente todas atuais” e que “os valores que o Governo não quer disponibilizar agora para a retoma da economia e a preservação de postos de trabalho, serão desembolsados, não muito mais tarde, mas em muito maior valor, pela Segurança Social, para pagar subsídios de desemprego e outras prestações sociais”.

INICIATIVA NACIONAL NA ESCADARIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

“EU VOU PORQUE ISTO É COMIGO!”

Depois da Conferência de Imprensa realizada pela Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), no dia 16 de julho, na Sede da Associação Portuguesa Barbeiros Cabeleiros e Institutos de Beleza, em Lisboa, que contou com a participação e intervenção da Federação Portuguesa do Táxi (FPT), os representantes da Federação respondeu afirmativamente ao apelo da Confederação para a participação dos micro, pequenos e médios empresários na iniciativa que viria a ter lugar no dia 22 de julho, na escadaria da Assembleia da República, no encerramento desta Sessão Legislativa.

O objetivo da iniciativa foi sensibilizar a classe política, os poderes públicos e o Governo para a crise que as micro, pequenas e médias empresas estão a sofrer, promovendo a criação de medidas que esti-



mulem a economia e que combatam os receios da população face à pandemia. Alertando para a grave situação que já existia antes da pandemia, com a atividade das TVDE, a FPT mostrou como o Táxi tem sido atingido pela crise, com profissionais e industriais à beira da falência, tentando sobreviver à quebra da procura. Ana Rita Silva, vice-presidente da FPT, acrescentou que, como já havia sido afirmado na Conferência Empresarial de 8 de julho, “o desespero, alimentado pela incerteza da retoma e pela obrigatoriedade de liquidar custos sem que haja proveitos, está a matar a esperança”, resumiu.

Integradas no conjunto de propostas que a CPPME tem apresentado às Entidades Públicas estão algumas que foram focadas pela representante da Federação, Ana Rita Silva. “O Táxi está solidário com estas reivindicações e também se tem manifestado publicamente sobre a

gravidade da crise que atinge a economia nacional”, referiu.

“A CPPME verifica que o Orçamento Suplementar é insuficiente e limitativo, não correspondendo às necessidades dos micro e pequenos empresários”, sublinhou Jorge Pisco, presidente da Confederação, que acrescentou que “continuamos a não ver a tomada de medidas imediatas tão necessárias a milhares de micro empresários”.

A CPPME tem apresentado, desde o início da crise pandémica, propostas de medidas como:

- Criação de um Fundo de Tesouraria;
- Isenção temporária de pagamento de alguns encargos fiscais;
- Dinamização imediata do Investimento Público;
- Redução do pagamento de rendas e impostos associados;
- Criar condições legislativas que permitam aos industriais de Táxis e Letra T mi-

nimizar a quebra de faturação e permitir uma mais rápida recuperação do Sector;

- Financiamento ou atribuição de materiais e equipamentos para salvaguarda da saúde pública;
- Linhas de crédito e apoios financeiros a fundo perdido;
- Discriminação de sectores nos planos elaborados para a retoma.

“Estas e muitas outras propostas continuam a ser ignoradas, levando a enormes preocupações quanto ao futuro e a uma justa indignação dos micro, pequenos e médios empresários”, refere a CPPME.

“Não há futuro para a nação portuguesa se ela deixar falir, fechar e encerrar milhares de pequenas empresas, pelo que temos a obrigação e o dever de alertar a opinião pública para a realidade que atinge milhares de micro, pequenos e médios empresários e seus trabalhadores e famílias”, explicou a CPPME.

AUDIÊNCIAS COM OS PARTIDOS POLÍTICOS

A CPPME foi recebida em audiência pelos vários partidos políticos e manifestou preocupação com a atual crise económica que afeta milhares de micro e pequenos empresários, em resultado da COVID-19, e perante o adiamento que se verificou na aplicação das medidas do Governo.

Em comunicado de 22 de junho, a Confederação alertou os partidos políticos para a falta de faturação, por retração dos consumidores, uma “situação está a levar ao desespero milhares de empresários, não sabendo se devem continuar os seus negócios, face às incertezas resultantes de políticas pouco claras, por parte do

Governo, que permitam relançar a economia”.

A CPPME, que no passado dia 16 de junho comemorou o seu 35.º Aniversário, considerou que este é o momento mais difícil que os micro, pequenos e médios empresários estão a viver, na já longa vida desta Confederação Empresarial Nacional.

CPPME REUNIU COM O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA REGIONAL DA MADEIRA

CPPME PREOCUPADA COM OS TVDE NA MADEIRA



Os dirigentes do Núcleo Regional da Madeira da Confederação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME) reuniram, no dia 2 de junho, com o presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Manuel

Rodrigues, a quem deixaram preocupações sobre a adaptação à Madeira do “regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica”. Paulo Azevedo, diretor do núcleo regional, explica que, na proposta já enviada ao parlamento, a CPPME sugere um contingente de “uma viatura TVDE para cada 15 táxis” e a formação para os novos profissionais de transporte de passageiros. Já José Berenguer, representante da con-

federação, reforça que “o que nós pretendíamos e exigimos é que fique já fixado o contingente”. Os dirigentes da CPPME transmitiram ainda ao Presidente do parlamento madeirense a insatisfação sobre o atraso nos apoios aos micro empresários atingidos pela crise provocada pela pandemia da COVID-19. “Nós entendemos que os apoios deviam ser entregues diretamente aos micro empresários e não diretamente à banca, para emprestar o dinheiro com juros”, referiu Paulo Azevedo.



Dacia **LOGAN MCV**

Oferta Comercial para Táxis

DACIA Logan MCV Comfort Blue dCi95

Por 199€/MÊS | 48 MESES*

Sem Entrada Inicial | 11.269€ Financiamento

6,53% TAE | 3.262€ Última Prestação

Inclui:

Pintura Metalizada



*IVA não incluído nos valores apresentados. DACIA Logan MCV Comfort Blue dCi95 com ISV ajustado à atividade Táxi | 11.269€ PVP com ALD Automóvel RCI Banque sujeito a aprovação. Válido para matriculas até 29/02/2020 para Empresas e ENI's, entrega em Portugal Continental. TAN 4,85%, Montante Total Imputado 13.119€ - Comissão de abertura 285€ e de processamento de prestação 3,25€/mês, incluídas na TAE. Preço promocional reservado a concessionários aderentes e também enquanto intermediários de crédito a título acessório da RCI Banque. Informe-se na RCI Banque. Imagem não contratual. Preço contemplado inclui apoio à retoma, apoio ECO Abate - para retomas com idade superior a 12 anos - e apoio ao financiamento. Consumos em ciclo misto WLTP (l/100km): 4,7 a 6,2. Emissões em ciclo misto (g/km): 120 a 145

ANGOLA

REGULAÇÃO DA ATIVIDADE DE MOTO-TÁXIS EM FASE DE CONSULTA

O ministro dos Transportes de Angola, Ricardo de Abreu, disse que está em fase de consulta aos parceiros a proposta de regulação da atividade de moto-taxistas no País, falando aos jornalistas no Ministério das Relações Exteriores de Angola, em Luanda, por ocasião de uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Desenvolvimento de Países da África Austral, no dia 25 de junho. “Esse trabalho está feito, estamos a auscultar os nossos parceiros, no sentido de rapidamente submetermos à apreciação do Conselho de Ministros a proposta de regulação da atividade de moto-táxi no País”, explicou, acrescentado que o decreto executivo conjunto, bem como o decreto do Ministério dos Transportes, fazem menção à autorização de circulação de moto-táxi, “desde que se usem os mecanismos de proteção individual dos passageiros e também dos moto-taxistas”. A atividade das moto-táxis foi proibida



em Luanda devido à pandemia de COVID-19, sendo autorizada apenas no resto do País, desde que cumpridas as regras sanitárias de proteção individual por motoristas e passageiros.

Num período de dificuldades que já dura há cerca de três meses, um grupo de motoristas dirigiram-se ao Governo da província de Luanda para reclamar a retoma daquela atividade na capital angolana.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADO DA CALIFÓRNIA QUER OBRIGAR PLATAFORMAS A CONSIDERAR OS SEUS MOTORISTAS COMO EMPREGADOS

Os motoristas das plataformas digitais de transporte de passageiros têm sido classificados pelos seus patrões como trabalhadores independentes, interpretação que permite às empresas multinacionais digitais o não pagamento de um salário fixo, a negação de benefícios diversos como seguro de saúde ou prestações para a segurança social e a falha na regularização de outras responsabilidades fiscais.

Em 26 de junho, o Governador do Estado da Califórnia anunciou que vai pedir ajuda ao Departamento de Justiça para forçar as empresas digitais de transporte Uber e Lyft a classificar os seus motoristas como empregados, respeitando a legislação em

vigor naquele Estado norte-americano. As cidades de Los Angeles, San Diego e San Francisco emitiram um comunicado conjunto para o efeito, “com carácter imediato”. “Está na hora de empresas como a Uber e a Lyft estarem à altura das suas responsabilidades para com as pessoas que constituem o seu êxito: os seus trabalhadores”, realçou Xavier Becerra, procurador-geral do Estado da Califórnia.

Desde o passado dia 1 de janeiro que é obrigatório por lei que na Califórnia as empresas da chamada “economia colaborativa” contratem formalmente os seus motoristas, em vez de, chamando-lhes “trabalhadores independentes”, continuarem a tratá-los

como tarefeiros sem acesso aos direitos fundamentais de qualquer trabalhador.

A lei prevê e obriga ao reajuste laboral dessas empresas, para que possam ser contratados efetivamente em vez de serem tratados como precários.

Estima-se que cerca de um milhão de pessoas, trabalhadores independentes e precários, se encontra nas condições laborais que o Estado da Califórnia agora pretende alterar. A contratação de trabalhadores independentes tem sido usada pela “economia colaborativa” na Califórnia, o Estado norte-americano mais associado à atividade de plataformas digitais como a Uber, Lyft e outras.

ESPAÑA

MANIFESTAÇÃO DE TÁXIS EM MADRID



No dia 30 de junho, concentraram-se junto à autarquia de Madrid mais de 3.500 táxis que se manifestaram pacificamente para solicitar uma “regulação que dignifique o nosso trabalho e que tente evitar a acumulação de táxis nas praças ou em circulação, em busca de clientes, expondo desnecessariamente os motoristas profissionais a um possível contágio por COVID-19”.

A concentração que começou na Praça de Cibeles, levando esta jornada os táxis pela Avenida de Recoletos, Praça de Colombo, Rua Goya, Rua Serrano, Rua Alcalá, Praça de Cibeles. A afluência foi muita e alguns táxis não conseguiram por isso integrar a marcha, durante o percurso.

Ao meio-dia foi apresentado na edilidade autarquia de Madrid um documento assinados pelos presidentes da Federação

Profissional do Táxi de Madrid, Julio Sanz, e da Elite Táxi Madrid, Luís Garcia, em que se solicita ao município de Madrid, e ao seu presidente, José Luís Martínez Almeida, que leve em conta as reivindicações do Táxi, nomeadamente as que estão relacionadas com questões de saúde pública face à COVID-19 e de regulação que equilibre a oferta com a procura.

ACORDO HISTÓRICO NO TÁXI EM BARCELONA

Apoio extraordinário aos sócios-gerentes das sociedades

Perante a grande quebra no número de turistas e da procura, os táxis de Barcelona trabalham três dias e descansam dois durante o mês de agosto. Apenas metade dos veículos circulará no fim-de-semana, tudo para evitar esperas desnecessárias no aeroporto e a circulação de táxis vazios.



No dia 2 de agosto foi anunciado pela imprensa espanhola que todas as associações representativas do Táxi de Barcelona e a

quase totalidade das empresas do Sector chegaram a um acordo “histórico” para regular o trabalho durante o mês de agosto. Segundo divulgado pelo Instituto Metropolitano del Táxi, o acordo prevê que em agosto os táxis trabalharão três dias e descansarão dois, além de reduzir para metade o número de veículos em serviço aos sábados e domingos.

Os representantes das associações e empresas do Táxi assinaram o acordo no dia

31 de julho, para fazer frente à “situação atual de emergência no Sector”, devido à crise da pandemia de Coronavírus e à consequente e drástica redução da procura em Barcelona.

Este acordo para a regulamentação do serviço de táxi evitará que um grande número de táxis circule na cidade que ainda não recuperou o normal fluxo turístico, sofrendo os táxis com horas de espera no aeroporto, entre muitos outros problemas.



OS PRIMEIROS TAXÍMETROS

O ano de 1910 não ficou para a história apenas por causa da revolução que implantou da República. É também o ano em que surgiram em Portugal os primeiros taxímetros. Segundo informação da Câmara Municipal de Lisboa, os taxímetros que apareceram em 1910 foram colocados para estabelecer uma relação entre o tempo despendido e a distância percorrida pelos “carros de praça”, como então se chamava aos táxis, e definir assim o preço de uma “corrida”.

O taxímetro é um dos instrumentos de medição verificados pelo Serviço de Metrologia, o antigo Serviço de Aferições, pertencente à Câmara de Lisboa desde 1935. Segundo várias fontes informativas, trata-se de uma invenção de 1891, século XIX, da autoria do engenheiro alemão Friedrich Wilhelm Gustav Bruhn, que criou um contador para evitar que os cocheiros cobrassem aos cidadãos um preço superior ao da tabela em vigor. Com o fim da negociação dos preços a bordo, os cocheiros profissionais tiveram momentos de revolta. Conta-se, com alguma troça, que alguns deles, no auge da indignação, atiraram o engenheiro alemão ao rio Tamisa, em Londres. Mas acabaram por reconhecer que a medição do taxímetro credibilizou o serviço de transporte que realizavam. Mas entre o taxímetro e a viatura em que passou a ser instalado há uma relação muito profunda, pois o vocábulo “taxímetro” acabou por emprestar a sua forma reduzida “táxi” para batizar aquele meio de transporte, dando origem a uma nova palavra no vocabulário da civilização moderna. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, “taxímetro”, é uma palavra que deriva do idioma francês “taximètre”, tendo sido portuguesa como estrangeirismo e entrando no vocabulário corrente dos portugueses com o passar dos anos, desde 1910.

Até 1905 vigorara, em francês, a forma “taxamètre”, introduzida em 1901, por empréstimo do alemão “taxameter”, por sua vez, um termo híbrido do latim medieval “taxo”, para “taxar, pôr preço” e do grego antigo “métron” (μέτρον) ou “medida”. Por intervenção do estudioso da Grécia Antiga Théodore Reinach, a palavra “taxamètre” transformou-se em “taximètre”, para que o neologismo fosse constituído apenas por palavras gregas, ou seja, “táxis” (τάξις), que pode ter o sentido de “contribuição” ou “imposto” e “métron”.

O táxi é, assim, um conceito moderno. Até então, esse meio de transporte era chamado de “carro de praça”. Nos centros urbanos, o serviço de transportar pessoas é quase tão antigo como a civilização. Nos primórdios da História do Homem, este tipo de serviço de transporte ligeiro surgiu, em número muito reduzido, nas praças e ruas das principais cidades da Antiguidade, como meio de transporte exclusivo das elites, que possuíam escravos para transportar liteiras, como na Roma clássica. O passageiro teria que pagar o preço previamente estipulado pelo amo desses escravos. A evolução surge mais tarde, durante a Idade Média (período da história entre os séculos V e XV), com o transporte de pessoas em carruagens muito rudimentares de tração animal, melhoradas apenas no Renascimento (período entre meados do século XIV e o fim do século XVI), com ornamentos, cobertura e mesmo cortinas. Só a partir do século XVII, concretamente em 1605, é que Londres acolhe as primeiras “carruagens de aluguer”, as “hackneys”, com grande sucesso entre a população e levando aos primeiros congestionamentos de trânsito e limitações de circulação. A invenção oriental do “riqexó” (Japão, século XIX), viatura de duas rodas que era puxada por um indivíduo, com possibil-

idade de transportar um ou dois passageiros mediante uma tarifa/preço, foi outra forma de chegar aos “carros de praça” do século XX. Com a invenção e colocação do taxímetro no automóvel Daimler Victoria, o primeiro carro movido a gasolina aparelhado a táxi no mundo, surgiu esse novo conceito de “táxi”. Os primeiros taxímetros foram originalmente mecânicos e montados do lado de fora da cabina da viatura, acima da roda da frente, do lado do condutor.

Esses primitivos medidores mecânicos, passaram para dentro do táxi e, na década de 1980, foram introduzidos modernos aparelhos eletrónicos, já sem o nostálgico “tique-taque” familiar dos mecanismos de tempo dos antigos taxímetros.

Há outra expressão ligada ao taxímetro que também ficou para a história: a “Bandeirada” é a “primeira quantia que o taxímetro dos automóveis de praça indica, quando o motorista baixa a bandeira do referido aparelho, à entrada do passageiro”, como é referido em Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Trata-se da tarifa inicial da viagem. Este termo reporta aos dias dos taxímetros mecânicos, em que uma pequena bandeira foi transformada para encerrar o mecanismo. A bandeira seria baixada no início da viagem e ficaria visível no final do percurso. Na atualidade, em diversos locais do mundo, os táxis mostram um pequeno sinal luminoso na lanterna que indica se estão livres ou disponíveis. Num Mundo em permanente evolução e em vertiginosa mudança, em que o taxímetro já está misturado com o GPS e tem acoplada uma impressora, com as inerentes vantagens para motoristas profissionais e passageiros, é bom olhar para os primórdios e constatar o que as conquistas tecnológicas trouxeram para o Táxi.



Dacia **LODGY**

Oferta Comercial para Táxis

DACIA Lodgy Comfort Blue dCi 115

Por 169€/MÊS | 48 MESES*

Sem Entrada Inicial | 13.482€ Financiamento

6,26% TAE | 4.037€ Última Prestação

Inclui:

Pintura Metalizada



*IVA não incluído nos valores apresentados. DACIA Lodgy Comfort Blue dCi115 com ISV ajustado à atividade Táxi | 13.482€ PVP com ALD Automóvel RCI Banque sujeito a aprovação. Válido para matrículas até 29/02/2020 para atividade Táxi, entrega em Portugal Continental. TAN 4,85%, Montante Total Imputado 15.622€ - Comissão de abertura 285€ e de processamento de prestação 3,25€/mês, incluídas na TAE. Preço promocional reservado a concessionários aderentes e também enquanto intermediários de crédito a título acessório da RCI Banque. Informe-se na RCI Banque. Imagem não contratual. Preço contemplado inclui apoio à retoma, apoio ECO Abate - para retomas com idade superior a 12 anos - e apoio ao financiamento. Consumos em ciclo misto WLTP (l/100km): 5,3 a 7,1. Emissões em ciclo misto (g/km): 139 a 160.

A COR DOS TÁXIS EM PORTUGAL

1959 FOI O ANO DO PRETO E VERDE-MAR



A cor “tradicional” dos táxis é importante em cada cidade e em cada País e é um elemento identificativo visual com muitas variantes pelo mundo inteiro. Em Nova Iorque os táxis são amarelos, em Barcelona são amarelo e preto, em Londres são tradicionalmente pretos e com formato invulgar, em Curitiba os brasileiros são cor-de-laranja, na cidade do México são verde-branco (muitos são VW “carocha”), em Marrocos a cor variada acordo com a cidade em que prestam serviços (cremes em Marraquexe e vermelhos em Casablanca), entre tantos exemplos.

Por terras lusas, tão românticas como viradas para os descobrimentos, até o nome das cores dos táxis inspira a poesia da epopeia dos navegadores: preto e “verde-mar”. Mas quando foi uniformizada a chamada “cor-padrão” dos táxis portugueses? Os serviços centrais da FPT enviaram à TÁXI uma mensagem de correio eletrónico da Câmara Municipal do Porto, que não deixou esquecer a data histórica, assinalando o 60.º aniversário da obrigatoriedade dos táxis estarem pintados de preto e verde-mar, recorrendo ao jornal “O Tripeiro” que, em novembro de 2009, na secção de efemérides, publicou informação valiosa sobre o tema. Assim, a Autarquia lembrou que, no dia 26 de novembro de 1959, foi enviado

para o “Diário do Governo” um diploma que estipulava que os “táxis de passageiros” passariam a ser pintados com duas cores, sendo a parte de baixo da viatura pintada de preto e a parte de cima com “verde-mar”. O diploma previa que os táxis deveriam estar todos pintados com aquelas cores até 1 de janeiro de 1960.

Atualmente, com a entrada em vigor da Portaria n.º 294/2018, de 31 de Agosto, foi estabelecida a uniformização das cores dos táxis, determinando que todos os táxis registados posteriormente ao diploma serão obrigatoriamente de cor verde e preta. Como especifica o diploma do Governo, a “parte superior do veículo de cor verde-mar, correspondendo à escala Pantone, com referência “3248C”, e a parte inferior de cor preta, correspondendo à escala Pantone, com referência “Process-Black C”.

A Portaria resultou do Grupo de Trabalho Informal para a Modernização do Sector do Táxi (GTMST), coordenado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), que contou com a participação dos representantes das duas associações do Táxi, que têm pugnado junto dos poderes públicos para que volte a reunir, para que sejam trabalhadas mais medidas para a modernização do Sector.

REGIÕES AUTÓNOMAS

Os táxis que prestam serviço na Região Autónoma da Madeira têm a particularidade de disporem da carroçaria pintada de amarelo com uma faixa lateral em azul claro. Estas cores foram adoptadas, por disposição do Governo Regional, no início da década de 1980 e reproduzem as cores principais da Bandeira Regional.

Os táxis que prestam serviço na Região Autónoma dos Açores dispõem da carroçaria pintada de branco-marfim ou bege-marfim com duas faixas laterais em azul-escuro, cores adoptadas, por disposição do Governo Regional, em 1994, para reproduzirem as cores principais da Bandeira Regional.

IDENTIFICAÇÃO EXTERIOR

Até ao ano de 1942, os táxis circulavam sem distinção em relação aos outros automóveis. A Portaria n.º 10.273, de 3 de dezembro de 1942, estabeleceu que os táxis e os restantes automóveis de aluguer passariam a circular com um distintivo identificativo exterior, pintado nas portas laterais dianteiras. O distintivo era hexágono alongado, de fundo branco, com as letras “táxi” na cor da pintura do carro. No caso dos restantes automóveis de aluguer esse hexágono alongado tinha a inscrição “A”.

No ano de 1960, entrou em vigor a primeira portaria acerca da pintura dos chamados “carros de praça portugueses”, com o preto na parte de baixo e verde-mar na parte de cima, para “fácil e rápida identificação”.

Uma nova cor-padrão foi decidida em 1993, quando as associações representativas de táxis defenderam a cor bege-marfim ou creme, o que tornaria a aquisição dos veículos menos dispendiosa, uma vez que essa era a cor utilizada na Alemanha, de onde eram importada grande parte daqueles veículos. A determinação visava a substituição do verde-mar/preto pelo bege-marfim ou creme, mas seis anos depois, em 1999, a lei foi revogada, passando a permitir a coexistência dos dois formatos. Registou-se nessa época um regresso da maioria às cores “tradicional”.

Mas, como a tradição ainda é o que era, o verde-mar e preto dos táxis veio para ficar.

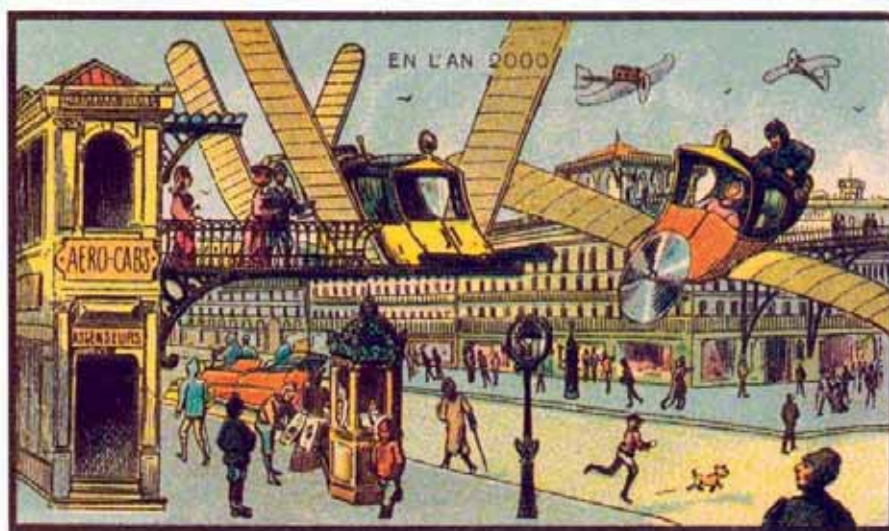
O ANO 2000 IMAGINADO EM 1879

AERO-CABS ERAM PREVISÃO SOBRE TÁXIS VOADORES

Uma passagem pela internet pode “trazer à rede” curiosidades perdidas no tempo. É o caso de uma iniciativa intitulada “En L’An 2000” (“No Ano 2000”) que germinou da segunda metade do século XIX e que se prolongou até cerca de 1910. Quem idealizou o futuro com muita imaginação nessa altura foi o artista francês Jean-Marc Côté, que respondeu afirmativamente e com alguma ironia ao convite que foi feito a alguns artistas para que nos seus desenhos retratassem o que pensavam que viria a ser o futuro, mais concretamente, o ano 2000.

As ilustrações estavam destinadas a ser divulgadas durante a Exposição Universal de 1889, em Paris. Por falta de verba, não chegaram a ser ali exibidas, sendo então usadas como cartões de papel colocados nas caixas de cigarros ou de charutos e, mais tarde, na forma de cartões postais. Não tendo sido amplamente distribuídas, sabe-se que o único conjunto completo conhecido daqueles postais foi adquirido pelo escritor de ficção científica Isaac Asimov.

As imagens retratam o mundo do ano 2000 como o imaginaram os artistas. Algumas dessas ilustrações únicas são, na verdade, consideradas uma (pre)visão bastante precisa do mundo que então era futuro, incluindo máquinas agrícolas, equipamentos robotizados e máquinas voadoras e automatismos vários como até uma idealização dos telemóveis, uns “intercomunicadores” em que o utilizador via a face do seu interlocutor enquanto a conversa decorria. Outras imagens da coleção são produto de imaginação fértil e apontam para realida-



Aero-Cab Station

des impraticáveis no nosso mundo natural e humano. Na variedade de trabalhos que os artistas desenharam surge uma que está relacionada com o Táxi e que importa realçar. Na idealização de Jean-Marc Côté, os táxis do ano 2000 seriam umas máquinas voadoras cuja cabina seria produzida no estilo carruagem ou liteira, com asas rebatíveis e propulsão por hélice, que recolheriam os passageiros em plataforma própria das estações de “aero-cabs”, que também dispunham de modernices como os elevadores ou, como então se chamavam, “ascensores”. O desenhador já previa uma azáfama intensa, com pessoas apressadas nas ruas e com os táxis aéreos a voar para os seus destinos. Não se esqueceu sequer de um quiosque de venda de jornais para os que desejassem leitura para o caminho.

Os resultados da iniciativa “En L’An 2000” foram considerados fabulosos e mesmo fantásticos pela sociedade da altura, quase saídos de um livro de Jules Verne ou das patentes dos projetos tecnológicos e científicos de Thomas Edison, consoante os desenhos fossem apreciados por admiradores de autores e obras futuristas ou de criadores e cientistas dos tempos então “modernos”. Ainda assim, os artistas dos séculos XIX e XX não se enganaram: o táxi voador estará quase a chegar. No entanto, algo não previram nessa “febre de modernidade”. A tecnologia foi criada para servir o Homem e não o contrário. A evolução e a inovação, por muito positivas que sejam, têm que ser baseadas no equilíbrio social para que os cidadãos possam, de facto, usufruir dos avanços que representam.



A MAIS ANTIGA MOTORISTA DE TÁXI

A mais antiga motorista de táxi no ativo regressou à Autocoope. Chama-se Carminda Gonçalves e já completou 47 anos de profissão. A ex-sócia da Cooperativa está agora de volta, como utilizadora da Cooptáxis. Depois de uma visita às instalações, “era visível a cara de satisfação de Carminda Gonçalves”, referiu o vice-presidente da Autocoope, Carlos Silva, que acompanhou a nova utilizadora.

Carminda Gonçalves explicou o motivo deste regresso e falou da “confiança no trabalho que todos os dias executamos”.



Dacia **LOGAN**

Oferta Comercial para Táxis

DACIA Logan Comfort Blue dCi95

Por 169€/MÊS | 48 MESES*

Sem Entrada Inicial | 9.605€ Financiamento

6,81% TAE | 2.835€ Última Prestação

Inclui:

Pintura Metalizada



*IVA não incluído nos valores apresentados. DACIA Logan Comfort Blue dCi95 com ISV ajustado à atividade Táxi | 9.605€ PVP com ALD Automóvel RCI Banque sujeito a aprovação. Válido para matrículas até 29/02/2020 para atividade Táxi, entrega em Portugal Continental. TAN 4,85%, Montante Total Imputado 11.252€ - Comissão de abertura 285€ e de processamento de prestação 3,25€/mês, incluídas na TAE. Preço promocional reservado a concessionários aderentes e também enquanto intermediários de crédito a título acessório da RCI Banque. Informe-se na RCI Banque. Imagem não contratual. Preço contemplado inclui apoio à retoma, apoio ECO Abate - para retomas com idade superior a 12 anos - e apoio ao financiamento. Consumos em ciclo misto WLTP (l/100km): 4,3 a 5,6. Emissões em ciclo misto (g/km): 116 a 135.

OBITUÁRIO



No dia 1 de julho de 2020, faleceu Paulo Artur Ferreira Dias Santos, membro da Eurocoop, CRL associada nº 17 da FPT.

**ÀS FAMÍLIAS ENLUTADAS,
A FPT PRESENTA AS SENTIDAS
CONDOLÊNCIAS.**

FICHA TÉCNICA

DIRETOR Carlos Ramos; **PROPRIEDADE** Federação Portuguesa do Táxi – FPT; **NIF** 503404730; **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO** Estr. Paço do Lumiar R2, 1600-543 Lisboa; **TELF** 217 112 870; **FAX** 217 112 879; **E-MAIL** sede@fptaxi.pt; - **DELEGAÇÕES FPT: NORTE** Rua Júlio Lourenço Pinto, 124, 4150-004 Porto; **TELF** 223 722 900; **FAX** 223 722 899; **E-MAIL** del.norte@fptaxi.pt; **CENTRO** Av. Fernão Magalhães, 481, 1º A, 3000-177 Coimbra; **TELF** 239 840 057; **TM** 912 282 060; **FAX** 239 840 059; **E-MAIL** del.centro@fptaxi.pt; **SUL** Rua Coronel António Santos Fonseca, Ed. Batalha, Lt.23, R/C Dto. 8000-257 Faro; **TELF** 289 878 102; **FAX** 289 878 104; **E-MAIL** del.sul@fptaxi.pt; **NÚCLEO DE PORTIMÃO** Av. 25 de Abril, Lote 120 Edifício Cedipraia - Loja 33 | 8500-511 Portimão; **TELF** 961 939 083; **E-MAIL** dnuc.portimao@fptaxi.pt; **EDITOR** Rafael Vicente - Estr. Paço do Lumiar R2, 1600543 Lisboa; **E-MAIL** revista@fptaxi.pt; **FOTOGRAFIA** Rafael Vicente; **PAGINAÇÃO E GRÁFISMO** Ivo Mendes; **REVISÃO** Carlos Silva; **CORRESPONDENTES** Carlos Lima – Delegação Norte/Porto; José Romão – Delegação Sul/Faro e Portimão; **COLABORADORES PERMANENTES** Alzira Lopes; Ana Rita Silva, Andreia Bárrios, António Marques, António Pedro, Armando Casa Nova, Isabel Patrício, João Cordeiro, Patrícia Jacobetty; **PUBLICIDADE** Rute Oliveira; **IMPRESSÃO** SIG - Sociedade Industrial Gráfica - Rua Pedro Escobar, 21 - Bairro de S. Francisco 2685-574 CAMARATE; **TIRAGEM** 4.000 exemplares; **EMPRESA JORNALÍSTICA** 219182; **N.º REGISTO** ERC 119183; **DEPÓSITO LEGAL** 92177/95.

ESTATUTO EDITORIAL DA REVISTA TÁXI

1. A Revista *TÁXI*, criada em 1995, é o órgão de informação trimestral da Federação Portuguesa do Táxi (FPT), a sua proprietária, e é gerida pela Direção da Federação. 2. Como órgão institucional deve respeitar os Estatutos da FPT. Como órgão de informação deve respeitar os princípios deontológicos da Imprensa e a ética profissional do Jornalismo. 3. A *TÁXI* privilegia, na sua temática, as questões relacionadas com o Sector do Táxi, no sentido da promoção da defesa dos seus associados e dos industriais e profissionais do Sector, como cidadãos com direitos e deveres, sendo elemento ativo na defesa dos seus direitos na sociedade portuguesa. 4. A *TÁXI* deve ser, também, veículo de toda a problemática do Sector do Táxi, promovendo a defesa dos seus direitos e divulgando as iniciativas das suas organizações representativas. 5. A *TÁXI* poderá incluir temas gerais de carácter informativo, cultural e recreativo. 6. A *TÁXI* deve estar permanentemente atenta ao que se passa na FPT e deve ser um colaborador privilegiado dos seus Órgãos Sociais, na Sede e nas Delegações e Núcleos, na divulgação da imagem e dignificação da Federação, junto dos Órgãos do Estado e das Autarquias, das Autoridades Policiais e de Segurança, das organizações internacionais do Sector do Táxi, das organizações de industriais e de profissionais do Sector do Táxi e da opinião pública em geral. 7. A *TÁXI* deve prestar atenção muito especial às bases da FPT, reservando parte importante do seu espaço para a divulgação das notícias e eventos das Delegações e dos Delegados e para dar voz aos associados, quer publicando as suas cartas, quer indo ao seu encontro para colher os seus testemunhos a publicar em forma de entrevista. 8. Sendo os industriais e profissionais os agentes do Sector dos Transportes, a revista *TÁXI*, em colaboração com a Direção da FPT, deve manter os associados informados sobre o Sector dos Transportes, em especial nos assuntos de interesse comum com o Sector do Táxi. 9. Na seleção do material a publicar, a *TÁXI* deve ter presentes princípios de isenção e pluralismo, devendo a colocação dos textos nas páginas, as ilustrações e outros elementos obedecer a critérios baseados na efetiva importância de cada texto ou foto e não nas convicções ou interesses particulares dos seus autores ou de quem seleciona ou pagina. 10. Em cada edição, a *TÁXI* deve fazer a distinção do que é material noticioso e do que é opinião. As notícias devem ser objetivas e cingir-se à narração e análise dos factos; as opiniões devem ser assinadas por quem as defende e obedecer aos princípios do presente Estatuto. 11. A *TÁXI* deve estar atenta à evolução das novas tecnologias da informação e procurar estar atualizada na sua utilização.

Táaxiii...

Livre para o seu negócio

Soluções de seguros para Táxis

Lisboa: 211 149 403
Porto: 220 027 737
Portimão: 282 425 560

www.lusoatlantica.pt

LusoAtlântica
Corretor de Seguros, S.A.



Táxi Seguro | Acidentes de Trabalho | Outros Ramos



Agora já sabe que, ao usar o seu cartão BP Bonus, para além do desconto, está também a conduzir carbono neutro

Nas suas viagens do dia a dia, conduza com bp.
Somos os primeiros a compensar as emissões de carbono
dos seus abastecimentos de qualquer combustível bp,
através de projetos em todo o mundo.

Mas o que é que isto quer dizer? Quer dizer que estamos
a equilibrar o planeta. Todos juntos, rumo à neutralidade carbónica.
De um lado temos emissões, do outro a compensação.
No futuro, o resultado desta equação será zero.

Drive Carbon Neutral*



O melhor, todos os dias



Saiba mais em www.bp.frota.pt *Conduza carbono neutro.